



LEI Nº 531/2022, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

“Institui o Plano Municipal da Primeira Infância - PMPI, para o período 2022/2032 no Município de Alcinópolis-MS e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Alcinópolis-MS aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal da Primeira Infância - PMPI, no Município de Alcinópolis-MS, nos termos do Anexo Único desta Lei, com a finalidade de garantir a proteção integral, a promoção e a defesa da criança de zero a seis anos enquanto sujeito de direito, de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos das Crianças.

§1º - Os documentos do Anexo Único desta Lei, destinam-se a orientar os programas, projetos e ações voltados para crianças de zero a seis anos, desenvolvidos no âmbito do Município de Alcinópolis-MS.

§2º - Os programas, projetos e ações das Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde, se integrarão de forma intersetorial nas ações finalísticas voltadas para as crianças de zero a seis anos de idade.

§3º - O Plano Municipal da Primeira Infância - PMPI, atende às determinações, constantes no Plano Nacional da Primeira Infância, no Plano Estadual da Primeira Infância e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§4º - São consideradas como ações finalísticas voltadas para crianças de zero a seis anos:

- a) saúde das crianças;
- b) educação infantil;
- c) assistência social as crianças e suas famílias;
- d) proteção a família e a comunidade da criança;
- e) convivência familiar e comunitária das crianças em situações especiais;
- f) o direito de brincar de todas as crianças;



- g) atendimento à diversidade das crianças negras, quilombolas e indígenas;
- h) assegurar o direito de cidadania a todas as crianças;
- i) enfrentar a violência contra crianças;
- j) controlar a exposição precoce aos meios de comunicação;
- k) evitar acidentes na primeira infância.

Art. 2º O Plano Municipal da Primeira Infância de Alcinópolis-MS será implementado num período de 10 (dez) anos, compreendido entre os anos de 2022/2032.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Alcinópolis-MS, deverá a cada ano, no período de elaboração da Lei Orçamentária Anual, apresentar suas metas de resultados e seu respectivo plano de ação para a efetivação das diretrizes e dos objetivos do PMPI.

Art. 4º Será de responsabilidade das Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA avaliar a execução do PMPI, estabelecendo os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas, realizando, quando necessário, a revisão ou atualização das ações do PMPI, pautada nos indicadores estabelecidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das receitas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alcinópolis-MS, 25 de outubro de 2022.


DALMY CRISÓSTOMO DA SILVA
Prefeito Municipal

PMPI Plano Municipal pela
Primeira Infância

Alcinópolis

2022 - 2032



Prefeitura de
Alcinópolis

Sumário

5		Apresentação
7		Feito a muitas mãos, com participação das crianças
9		A Política Pública e a Primeira Infância
17		Princípios e diretrizes
19		A nossa cidade
22		Eixos prioritários
42		Avaliação e monitoramento
43		Agradecimentos
45		Referências bibliográficas
48		Anexo: Quadro operativo

Lista de siglas

CACA	Centro de Atendimento da Criança e do Adolescente “Américo Leite Pereira”
CadÚnico	Cadastro Único
CECIP	Centro de Criação de Imagem Popular
CF	Constituição Federal
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DATASUS	Departamento de informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEI	Escolas Municipais de Educação Infantil
FIA	Fundação Infância e Adolescência
GTI	Grupo de Trabalho Intersectorial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMAPI	Índice Município Amigo da Primeira Infância
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MLPI	Marco Legal da Primeira Infância
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PMPI	Plano Municipal pela Primeira Infância
PNAISC	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPI	Plano Nacional pela Primeira Infância
PPA	Plano Plurianual
PSE	Programa Saúde na Escola
RNPI	Rede Nacional Primeira Infância
SAPS	Secretaria de Atenção Primária à Saúde
SBP	Sociedade Brasileira de Pediatria
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidades de Conservação

Lista de figuras e gráficos

Figuras:

- Figura 1: Participação Infantil para a Praça Primeira Infância
- Figura 2: Participação Infantil para a Praça Primeira Infância
- Figura 3: Desenhos feitos pelas crianças nas atividades de escuta
- Figura 4: Mapeamento dos equipamentos públicos de Alcinópolis
- Figura 5: Mapa de Espaços de Esporte e Lazer destinados à primeira infância

Gráficos:

- Gráfico 1: Demandas por equipamento
- Gráfico 2: Divisão de demandas por Secretarias
- Gráfico 3: Percentual de meio de transporte até a escola
- Gráfico 4: Desejos das crianças
- Gráfico 5: Leitura do conjunto de desejos das crianças
- Gráfico 6: Alcinópolis possui um IMAPI de 54 pontos
- Gráfico 7: Proporção de cobertura vacinal, segundo tipo de vacina
- Gráfico 8: Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram pelo menos sete consultas pré-natais
- Gráfico 9: Proporção de crianças de baixo peso em relação ao total de nascidos vivos
- Gráfico 10: Percentual de partos de Mães adolescentes (até 19 anos)

- Gráfico 11: Percentual de peso elevado para idade - 0 a 5 anos
- Gráfico 12: Percentual de Cobertura de Equipe Saúde da Família na população total do Município
- Gráfico 13: Proporção de crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família
- Gráfico 14: Notificações de violência contra crianças de até 6 anos

Apresentação

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é um documento técnico e político que orienta decisões, investimentos e ações de proteção e de promoção dos direitos das crianças na primeira infância. Na prática, isso significa que este documento tem força social e legal, tendo como objetivo trazer para o concreto as políticas públicas voltadas a este público.

A Primeira Infância, nome dado ao período que vai da concepção até os seis anos da criança, é uma fase crucial no desenvolvimento infantil. É nesse período que a criança estabelecerá seus primeiros vínculos afetivos, aprenderá regras de convivência e desenvolverá habilidades para lidar com a complexidade de futuras situações, o que chamamos de janela de oportunidade, quando as funções sensoriais, a visão, a audição, a linguagem e as funções executivas superiores se desenvolvem mais rapidamente.

A psicologia, a antropologia, a sociologia e a psicanálise vem mostrando que, nos primeiros anos, a criança constrói aprendizagens que permanecem pelo resto da vida. E, mais recentemente, a neurociência revelou que as crianças com experiências positivas no começo da infância constroem estruturas mais amplas, robustas e resilientes.

O PMPI objetiva garantir iguais oportunidades para todas as crianças, promovendo atenção singular às que têm necessidade desse cuidado e fazendo desse plano uma ferramenta de equidade, justiça e desenvolvimento social.

Os direitos das crianças estão fundamentados na Declaração dos Direitos da Criança¹, na Convenção sobre os Direitos da Criança², na Constituição Federal brasileira (1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente³, no Plano Nacional pela Primeira Infância e no Marco Legal da Primeira Infância (MLPI)⁴.

1 Assembleia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959.

2 A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Entrou em vigor em 2 de setembro de 1990.

3 Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

4 Lei nº 13.257, de 2016.

Nesse contexto, o município de Alcinópolis envolveu todas as suas secretarias e a sociedade civil para pensar a cidade e instituiu o Comitê Primeira Infância (Decreto nº 084/2021), com a finalidade de planejar, promover, coordenar, avaliar e monitorar as políticas públicas relacionadas às crianças de zero a seis anos, às gestantes e a suas famílias. Também ouviu aqueles que precisavam ter voz e vez – as crianças. Sim, elas se envolveram no processo, com propostas necessárias e importantes.

O processo de construção deste documento possibilitou a realização de um diagnóstico da situação da primeira infância no município, a escuta de crianças e a reflexão sobre os desafios relacionados a esta temática na cidade, para a proposição de políticas que protejam as crianças, as gestantes e suas famílias. Este instrumento decenal propõe cuidados integrais e integrados a elas, dando atenção aos aspectos físicos, cognitivos, psicológicos, sociais e culturais.

O Comitê Primeira Infância convida a todos a conhecerem as políticas públicas direcionadas à primeira infância em Alcinópolis e a fazerem parte do controle social para a efetivação desses direitos.

Feito a muitas mãos, com participação das crianças

Proteger as crianças e cuidar delas para que tenham vida plena e desenvolvam seu potencial humano é um compromisso de todos. Dentro desse contexto, o Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 afirma:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Marco Legal da Primeira Infância estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância, em atenção às especificidades e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

Dentre aspectos importantes, o MLPI aponta a necessidade de respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento, valorizando a diversidade na infância e as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais.

Para isso, é fundamental: atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã; reduzir as desigualdades; articular ações setoriais com vistas ao atendimento da primeira infância, valorizando a qualidade da prática profissional e as evidências científicas; e adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, profissionais, mães, pais e cuidadores e das próprias crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços.

Nesse sentido, foi instituído em Alcinópolis, em 13 de agosto de 2021, o Comitê Primeira Infância, para construir políticas públicas para a cidade a muitas mãos. Todas as secretarias do município se envolveram no processo, que também contou com a participação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e da Associação de Pais e Mestres do CMEI.

Os trabalhos tiveram início com a parceria da Fundação Bernard van Leer, pela Iniciativa Urban95, coordenada pelo CECIP Centro de Criação de Imagem Popular, que propôs encontros sistemáticos para alinhamento conceitual e olhar específico à primeira infância. Foram mais de 15 encontros, entre oficinas e webinários, com duração total de aproximadamente 45 horas, além de reuniões periódicas do Comitê Primeira Infância.

Nesse contexto, os representantes puderam compreender o porquê de priorizar a primeira infância e a necessidade de olhar para a diversidade do território. Encontraram espaço para ampliar o diálogo e refletir sobre o lugar da política pública no contexto da assistência social, da cultura, da educação, do esporte e do lazer, da infraestrutura, do meio ambiente, da saúde, do transporte e da mobilidade, entre tantas outras áreas que compõem um município, e para incorporar a primeira infância enquanto prioridade absoluta.

Os encontros possibilitaram também um olhar intersetorial para as infâncias, com reflexões sobre que as diferentes áreas devem estar integradas para o desenvolvimento de políticas públicas.

As crianças têm o direito de participar da elaboração de políticas que lhe dizem respeito e Alcinópolis compreendeu o quanto isso é importante. Assim, os representantes do Comitê, com apoio de técnicos da Educação e da Assistência, e partindo de uma metodologia sugerida pelo CECIP, promoveram a participação das crianças.

E foi com o envolvimento de todos — poder público, sociedade civil, crianças e famílias — que este documento foi construído, a várias mãos.

A Política Pública e a Primeira Infância

Pensar em Alcínópolis a partir das perspectivas das infâncias foi essencial para a construção do PMPI. Os processos de articulação para promover a participação infantil contaram com o apoio do CECIP sendo inspirados pela recomendação do Marco Legal da Primeira Infância. Foi necessário repensar a participação social na cidade, que não envolvia as crianças, e promover essa mudança, mobilizando também gestantes, cuidadores e famílias, educadores e gestores.

A participação social acontece quando as pessoas são incluídas em tomadas de decisões que afetam a elas mesmas, a um grupo ou a toda a sociedade. Assim, envolver as crianças da primeira infância foi fundamental no processo de elaboração do PMPI.

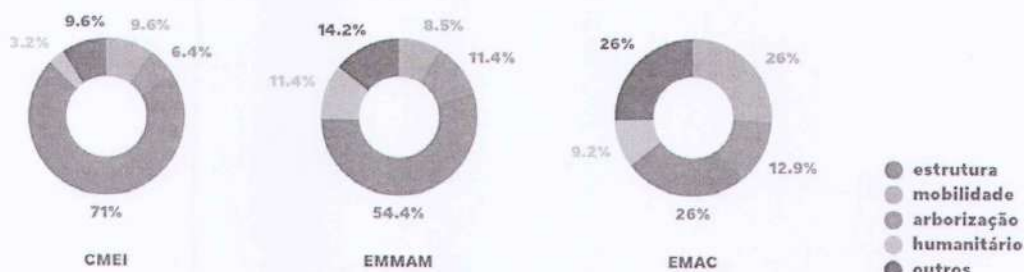
Quando escutadas, as crianças aprendem com outras crianças, adquirem respeito pelos bens comuns e possibilitam tomadas de decisão coletiva. Os adultos, no que lhes concerne, têm a possibilidade de contato com uma perspectiva diferente, favorecem o diálogo intergeracional e dividem a tomada de decisão. Neste processo, em simultâneo, sociedade e poder público ganham políticas públicas mais próximas às realidades e necessidades das crianças e apoiam a consolidação da democracia e o desenvolvimento da sociedade civil como todo.

Alcínópolis realizou sua primeira escuta com crianças em 2020, para saber o que elas pensavam sobre o retorno às atividades escolares no período pós pandemia da Covid-19. Esta escuta deu-se no âmbito do projeto MOB.PI, uma iniciativa do CECIP que estimula gestores a incluírem a participação infantil na construção de políticas públicas e de planejamento urbano.

Na ocasião, foram ouvidas 103 crianças, que falaram sobre melhorias físicas tanto na estrutura dos espaços de educação e no transporte, quanto nos equipamentos de esporte e lazer da cidade.

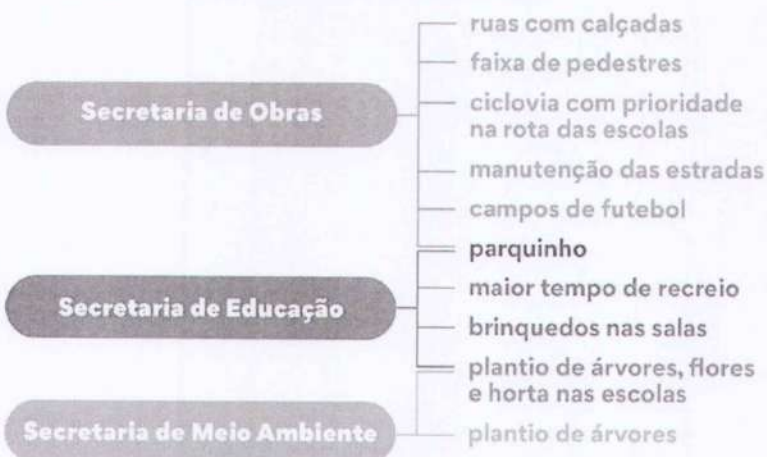
Principais demandas

Gráfico 1: Demandas por equipamento



Fonte: Análise realizada por Thiago/ Secretaria de Meio Ambiente

Gráfico 2: Divisão de demandas por Secretarias



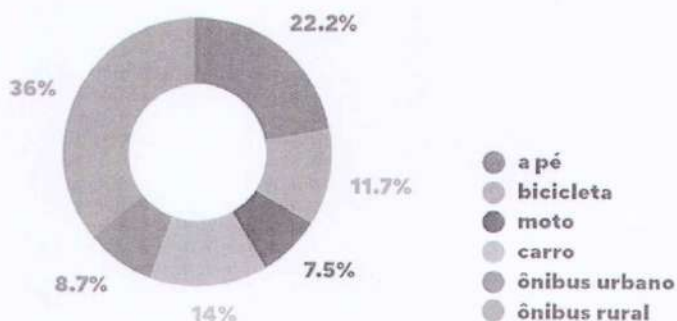
Dados da cidade

Gráfico 3: Percentual de meio de transporte até a escola

>> 22% vão a pé até a escola: ruas com calçadas e faixas de pedestres

>> 12% vão de bicicleta até a escola: ciclovias

>> 36% vão de ônibus rural até a escola: manutenção das estradas



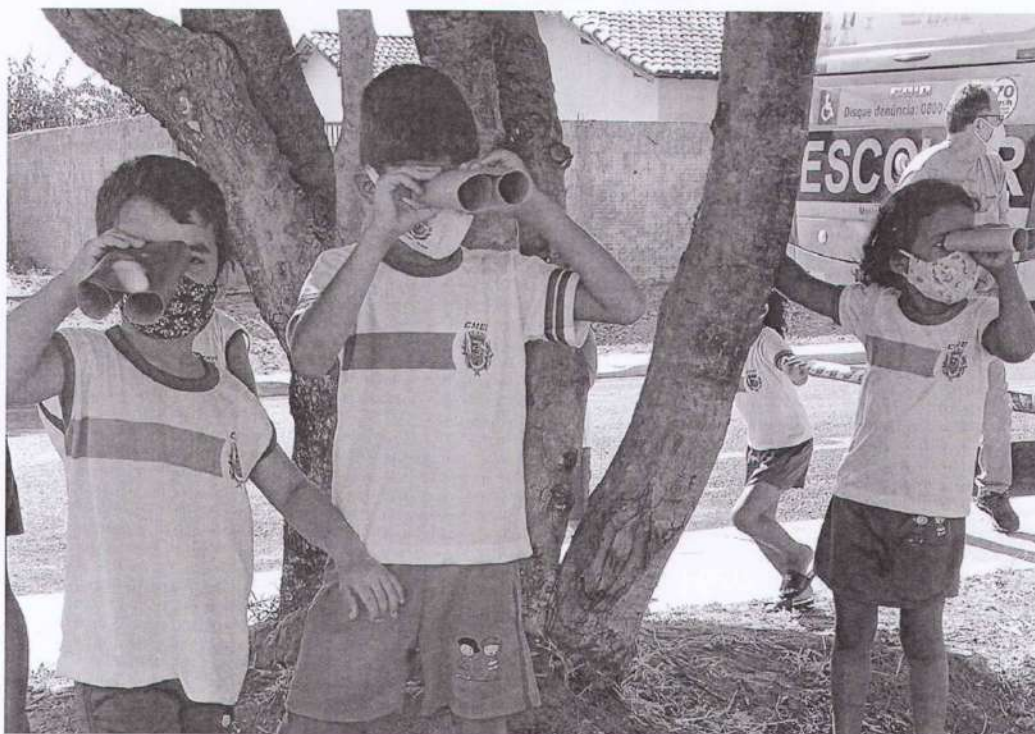
Fonte: SEMED/Alcinópolis-MS

Foram desejos e necessidades que transformaram o olhar dos gestores do município. A partir da expressiva participação de Alcinópolis no MOBI.PI, a cidade foi convidada a participar do processo seletivo para integrar a Rede Urban95, iniciativa da Fundação Bernard van Leer que convida gestores públicos a colocarem a primeira infância no centro de suas agendas.

Em outubro de 2021, já como membro da rede Urban95, o município realizou uma escuta para embasar a equipe de arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, durante a elaboração do projeto para a Praça Estrela d'Alva, ou Praça da Primeira Infância, que incorporou desejos e necessidades da comunidade. Este momento foi importante, inclusive, para que o Comitê Primeira Infância percebesse que qualquer equipamento público precisa ser construído sob as lentes da primeira infância e com participação do público a que se destina.

Sobre a Praça Estrela d'Alva, os cuidadores e familiares de crianças na primeira infância apontaram a necessidade de contemplar questões relacionadas ao bem-estar e à diminuição do desconforto proveniente do calor, visto que os três itens mais votados foram: sombra, bebedouro e água. Outros itens, como banheiro, iluminação, espaço para descanso, espaço para piquenique, local para amamentação/troca de fraldas, expuseram o desejo de uma infraestrutura que permita maior conforto, proporcionando a possibilidade de maior permanência na praça.

Figura 1: Participação Infantil para a Praça Primeira Infância



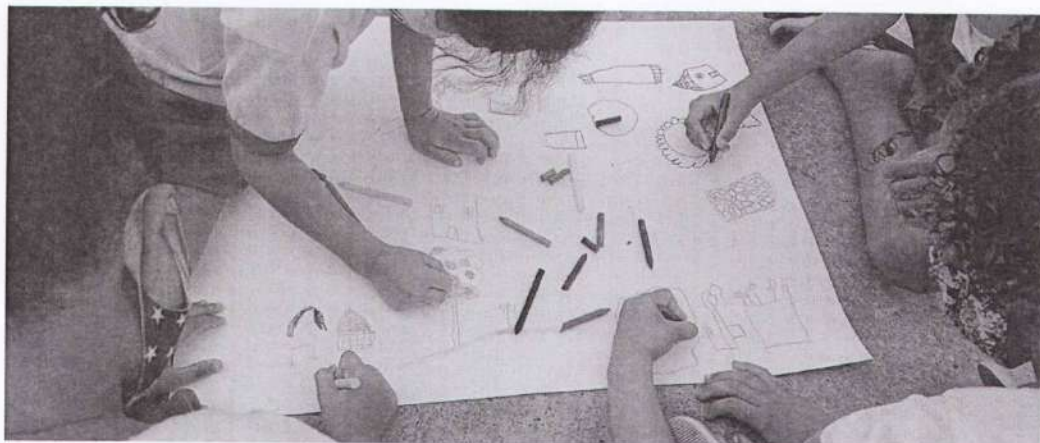
As atividades realizadas com as crianças trouxeram ludicidade e as linguagens das infâncias para o processo de participação, com momentos dedicados a brincadeiras, músicas e desenhos.

A leitura do conjunto de informações permitiu perceber que os três desejos que apareceram com maior destaque entre as crianças foram escorregadores, balanços e casinhas na árvore, sendo os dois primeiros parte do imaginário dos participantes, por serem objetos que, no geral, já pertencem a este ambiente reconhecido como praça. Sendo assim, ressalta-se a relevância do número expressivo de crianças que citou “casinha na árvore” ou apenas “casinha”, o que indica que este tipo de estrutura tem, de fato, um grande apelo dentro deste grupo. Outro aspecto que chamou atenção foram pedidos por pula-pula e gira-gira, outros dois brinquedos comuns ao repertório das crianças, que tiveram a mesma quantidade de pedidos que árvores. Também foram pedidas “muitas árvores”, “muitas flores” e “flores”, o que demonstra a importância de pensar a relação com a natureza por meio da arborização e do paisagismo, trazendo estes elementos não apenas como recurso estético, mas também como elementos lúdicos e podem proporcionar espaços de sombra.

Se, à primeira vista, nos parece que os brinquedos tradicionais são o desejo da maioria, em uma análise cuidadosa, percebe-se que, entre as ações de interesse das crianças, destacam-se: escorregar e encenar / simular / imaginar (casinha na árvore, casinha, carrinho de madeira, trenzinho, barco de madeira, casinha de madeira, fada de madeira). Estas vontades demonstram a pluralidade do imaginário das crianças sobre o futuro desejado para a praça, que deverá contemplar esta diversidade, significando que a escuta das crianças representou, de fato, influência na construção do espaço.

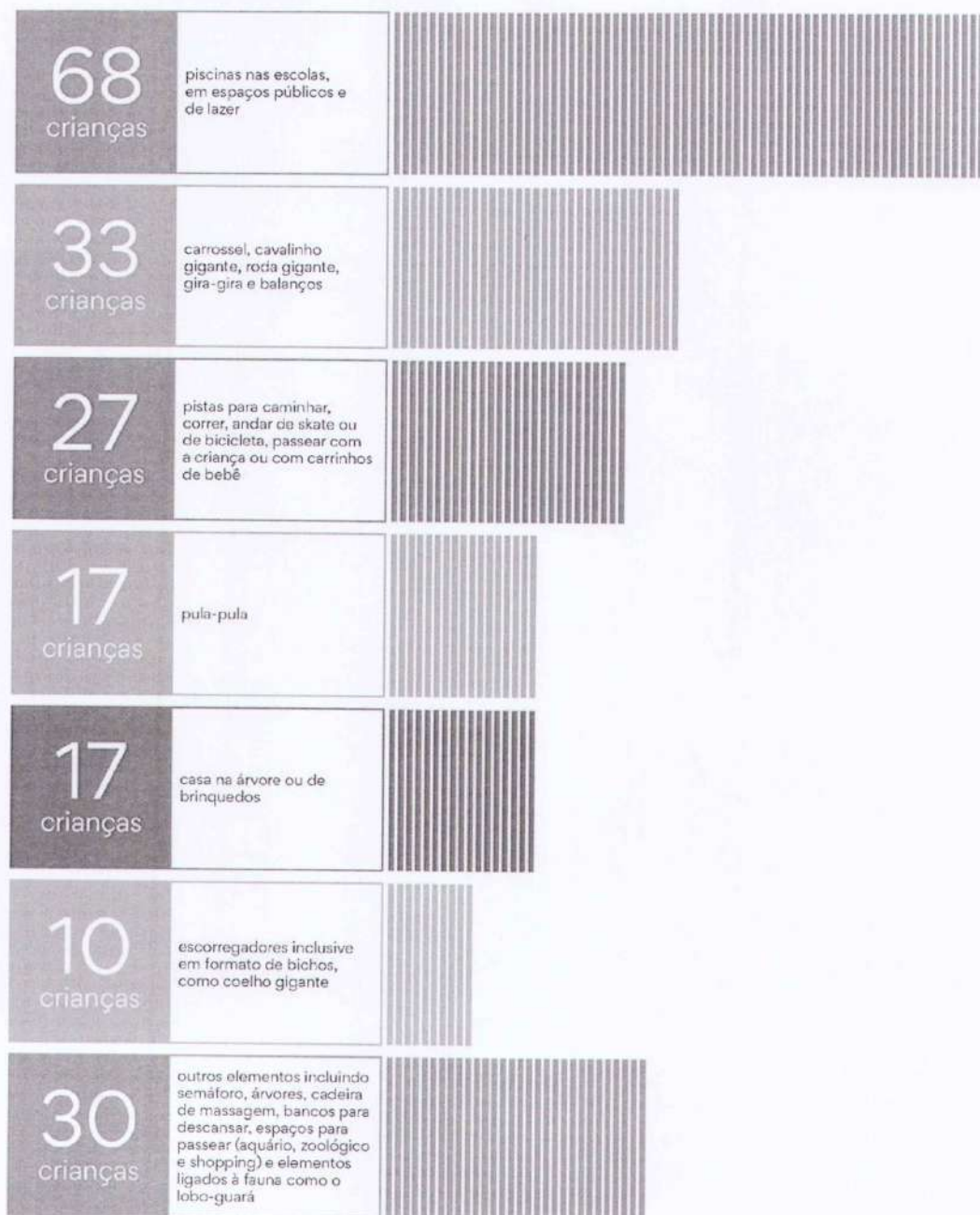
Uma segunda etapa do processo de participação infantil, diretamente relacionada ao PMPI, foi desenvolvida em julho de 2022, com envolvimento de professores, cuidadores e crianças de três a cinco anos.

Figura 2: Participação Infantil para a Praça Primeira Infância



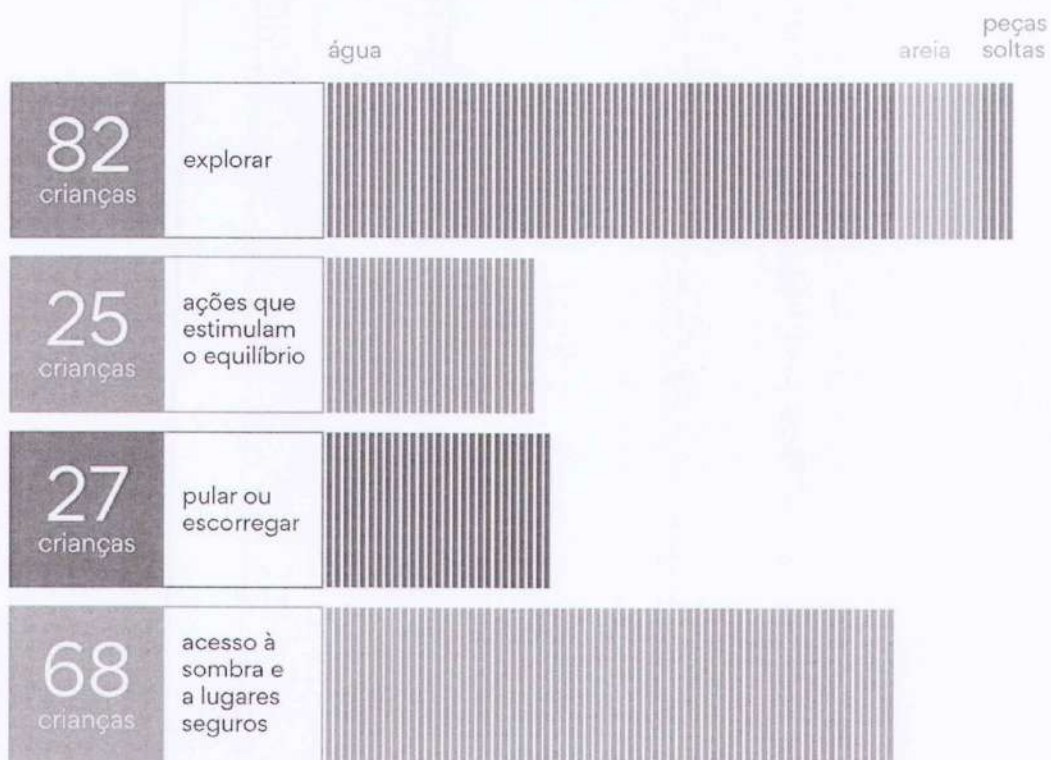
A ação para a escuta foi desenvolvida após orientação dos profissionais, que promoveram ações mobilizadoras para as crianças, como passeio pela cidade e pelas praças, produção de cartazes, atividades com músicas e a ludicidade das diferentes linguagens.

Gráfico 4: Desejos das crianças



A leitura do conjunto nos permite perceber que os desejos das crianças expressam: vontade de explorar (82 crianças), seja com água (68), com areia (4 crianças), ou com peças soltas (10 crianças); ações que estimulam o equilíbrio (25 crianças), pois, para algumas crianças, é mais fácil aprender a correr do que a pular; vontade de pular ou escorregar (27 crianças), uma das formas mais divertidas de se exercitar, para crianças e adultos, que promove o desenvolvimento motor grosso de crianças pequenas; além do desejo de acesso à sombra e a lugares seguros; para correr, caminhar andar de skate ou brincar (68 crianças).

Gráfico 5: Leitura do conjunto de desejos das crianças



É possível traçar correlações com a necessidade de prever soluções que amenizem o calor e tracem rotas seguras e acessíveis e espaços para descanso e lazer.

Há também pedidos que remetem a contextos locais, como o de uma piscina para uma escola de educação infantil, um desejo já vivido na cidade, que será novamente incorporado. Ou ainda a busca pela biodiversidade e pela convivência com animais da região, sejam eles representados por uma estátua do lobo-guará em uma praça, ou pelo acesso a um aquário ou a um zoológico.

Todos esses desejos geraram reflexões e muitos deles foram incorporados a este plano, como pode ser visto no quadro operativo anexo.

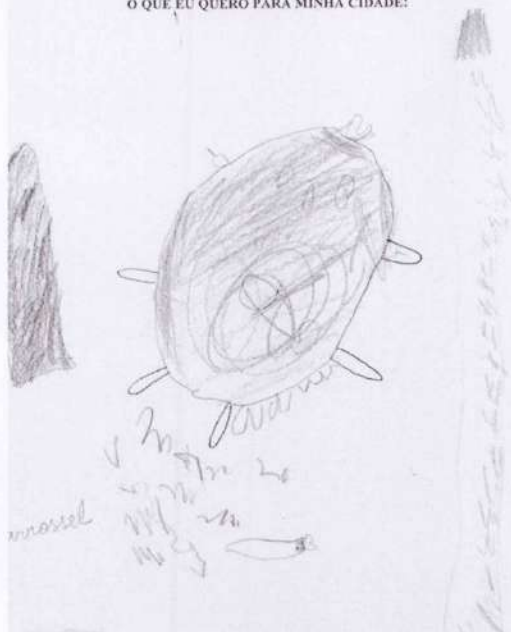
Figura 3: Desenhos feitos pelas crianças nas atividades de escuta



MEU NOME É

LORENA

O QUE EU QUERO PARA MINHA CIDADE!



MEU NOME É

FLÁVIO NEPO

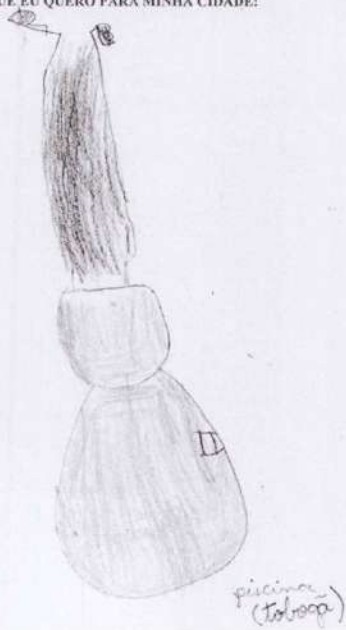
O QUE EU QUERO PARA MINHA CIDADE!



MEU NOME É

ANA

O QUE EU QUERO PARA MINHA CIDADE!



MEU NOME É

GABRIEL

O QUE EU QUERO PARA MINHA CIDADE!



Princípios e diretrizes

As crianças são a razão e o motivo do PMPI. É preciso olhar para elas e construir com a contribuição delas. Assim, a reflexão sobre os princípios e diretrizes do plano de Alcinópolis foi inspirada no Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), num processo de ampla participação social, à luz da diretriz expressa no art. 227, § 7º da Constituição Federal, que preconiza a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

A RNPI é uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam, direta ou indiretamente, pela promoção e garantia dos direitos da Primeira Infância – sem discriminação étnico-racial, de gênero, regional, religiosa, ideológica, partidária, econômica, de orientação sexual ou de qualquer outra natureza.

Assim como este plano, o PNPI tem características importantes como a sua abrangência, a elaboração com participação e o fato de ser um plano de estado, de longa duração, aprovado por lei e descentralizado. Ele também apresenta princípios e diretrizes que inspiraram esse trabalho.

Deste modo, o Comitê Primeira Infância de Alcinópolis reitera os seguintes princípios:

1. A criança como indivíduo único e sujeito de direitos;
2. Diversidade étnica, cultural, de gênero e geográfica;
3. Reconhecimento da criança como um ser integral;
4. Inclusão de todas as crianças, em todas as circunstâncias;
5. Integração das visões científica, ética, política, estética e humanista da criança;
6. Articulação das ações;
7. Sinergia das ações;
8. Prioridade absoluta dos direitos da primeira infância;
9. Garantia da prioridade, com destinação privilegiada de recursos, aos programas e às ações para as crianças socialmente mais vulneráveis;
10. Garantia de atenção da família, da sociedade e do Estado.

Quanto às diretrizes políticas, o Comitê Primeira Infância apontou a necessidade de atenção à prioridade absoluta na previsão de recursos para atender aos direitos da criança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento. Essa determinação, constitucional, e a opção política por situar a criança no topo das prioridades acarretam a obrigação de incluir e manter esta priorização na LDO e no PPA. Não basta planejar ações, é necessário assegurar os meios financeiros para que essa prioridade seja efetivada na prática.

O PMPI é um plano de longo prazo, com validade de dez anos. No entanto, as ações propostas devem acontecer no dia a dia da cidade e, para isso, foi elaborado um plano de acompanhamento, que chamamos de quadro operativo, por meio do qual governo e sociedade devem acompanhar a efetivação do plano, que, com a participação do Poder Legislativo, se efetiva em política pública.

Como diretriz técnica e também inspirado no PNPI, o Comitê Primeira Infância aponta que o PMPI deve abranger todos os direitos da criança no contexto familiar, comunitário e institucional; prever a multisetorialidade das ações; valorizar processos que geram atitudes de defesa, de proteção e de promoção da criança; valorizar a qualificação dos profissionais que atuam diretamente com as crianças; reconhecer que como se olha, se escuta e se atende a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso que se assume com ela; reconhecer, também, que a criança capta a mensagem desses sentimentos e valores pela maneira como é tratada pelos adultos; e promover a escuta qualificada da criança como sujeito capaz e participante.

Este Plano tem foco nos resultados e o Comitê Primeira Infância atuará com persistência para o alcance dos objetivos e metas, com disponibilidade, transparência e divulgação dos dados coletados no acompanhamento e na avaliação.

A nossa cidade

Antes de tudo, é necessário conhecer a história de Alcinópolis, para compreender como é esse povo que acredita na transformação de uma cidade começando pela primeira infância.

Em 1965, o Sr. Adolfo Alves Carneiro, proprietário da Fazenda Bananal, contratou da cidade de Mineiros (GO) a professora Romilda Costa Carneiro, por um período de dez meses, para dar aulas aos seus filhos e aos filhos dos seus funcionários. Um tempo depois, a professora Romilda constituiu família com o filho mais velho do fazendeiro, e começou a mudar essa história.

Na década de 1970, a professora Romilda e seu esposo Alcino Fernandes Carneiro buscaram, junto à Prefeitura Municipal de Coxim, meios para a criação da primeira escola primária na região, que supriria a necessidade e o desejo de implantação do Ensino Fundamental e da qual se originou a criação do município de Alcinópolis.

A cidade nasceu, portanto, do compromisso com a mudança pela educação, quando teve início o movimento para transformar a fazenda em uma cidade com toda a infraestrutura necessária. Afinal, todos os fazendeiros e trabalhadores da região sofriam com as mesmas dificuldades. O município começou a ser povoado em 1975, para facilitar as condições de vida das pessoas que moravam nas fazendas, tendo como prioridade a educação dos filhos dos fazendeiros, mantida por professores particulares.

O município de Alcinópolis efetivou sua emancipação do município de Coxim em 22 de abril de 1992, se transformando nessa linda cidade do Mato Grosso do Sul, localizada em uma das regiões agrícolas de maior altitude do estado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de habitantes estimado na cidade em 2021 era de 5.489¹, composto majoritariamente por negros (50,32%) e brancos (49,17%) e tendo também amarelos (0,47%) e indígenas (0,04%). A população da primeira infância representa, aproximadamente, 9% deste número.

O município, de pequeno porte, possui PIB per capita, que considera bens e serviços finais, de R\$ 31.805,80; IDHM alto, de 0,711, sendo esta medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano

1 Estimativas populacionais enviadas para o TCU pelo IBGE, estratificadas por cor/raça pela Fundação Abrinq,- 2021

(longevidade, educação e renda); e IVS, que caracteriza a situação de vulnerabilidade social, de 0,227, considerado baixo.

Alcinópolis está dividida entre áreas urbana e rural, tendo 8 bairros na Zona Urbana e 5 na Zona Rural. A imagem a seguir apresenta o mapeamento da cidade, com os equipamentos acessados pela primeira infância.

Figura 4: Mapeamento dos equipamentos públicos de Alcinópolis



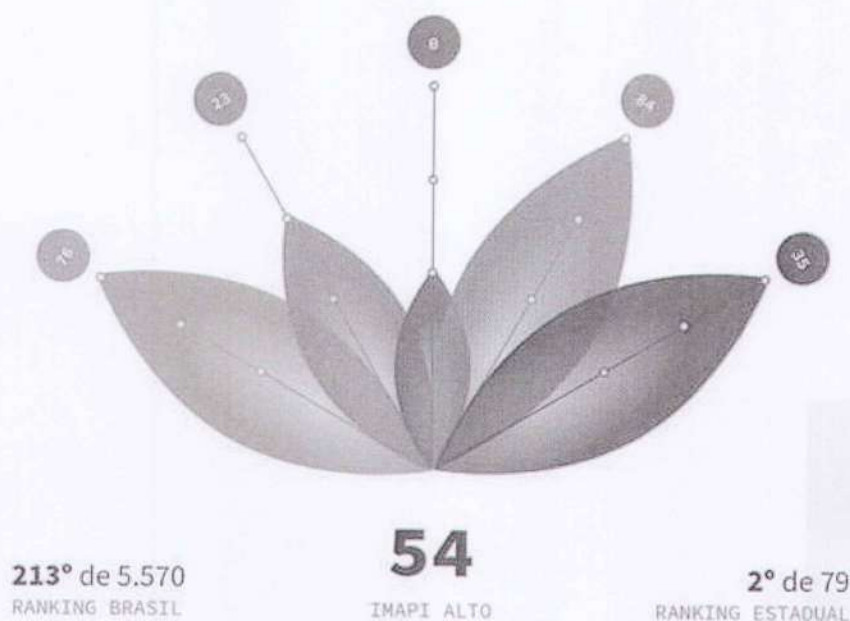
Fonte: Prefeitura Municipal de Alcinópolis

O município também é considerado a capital estadual da arte rupestre e conta com três Unidades de Conservação (UC) municipais que guardam uma biodiversidade rica e exuberante. São elas: o Parque Natural Municipal Templo dos Pilares, o Monumento Natural Municipal Serra do Bom Jardim e o Monumento Natural Municipal Serra do Bom Sucesso. Além dessas UC's, boa parte do Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari está localizada em território do município.

Alcinópolis, que teve a educação como base de sua história, quer levar essa transformação para o início da vida das crianças e almeja ser a capital da primeira infância da região Centro-Oeste. A cidade vem ganhando destaque e é referência pelo Índice Município Amigo da Primeira Infância (IMAPI), que acompanha o desempenho dos 5.570 municípios brasileiros em relação à oferta de um ambiente oportuno para a promoção do desenvolvimento na primeira infância. O município ficou com o 2º lugar no ranking dos municípios de Mato Grosso do Sul, totalizando 54 pontos, atrás apenas de Campo Grande, com 57 pontos.

O IMAPI¹ avalia condições relativas à saúde, nutrição, aprendizagem inicial, segurança e proteção de cada município e, no ranking nacional, Alcinópolis ficou em 213º lugar, com alto desempenho em saúde, aprendizagem inicial, segurança e proteção; desempenho médio em nutrição; e baixo desempenho em cuidado responsivo.

Gráfico 6: Alcinópolis possui um IMAPI de 54 pontos



Fonte: IMAPI

1. <https://imapi.org>

Eixos prioritários

Cidade e Meio Ambiente

Este eixo trata dos aspectos relacionados a Cidade e Meio Ambiente, como mobilidade, planejamento urbano, tratamento de água e o meio ambiente em sua interlocução com a primeira infância.

O desenvolvimento urbano e agropecuário, o turismo e o meio ambiente podem e devem caminhar junto à primeira infância, por isso, o processo de construção do PMPI incluiu três áreas estratégicas: Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Administração e Finanças; e a Secretária Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos.

O Marco Legal deste eixo está associado ao Estatuto das Cidades¹, que estabelece as normas de ordem pública e de interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental; e à Política Nacional de Mobilidade Urbana².

O Código de Posturas de Alcinópolis³ é responsável por dispor sobre as relações político-administrativas entre o poder público municipal, no que se refere à higiene e bem-estar da comunidade, aos costumes, segurança e ordem pública, e ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, mercados municipais, feiras livres e demais posturas municipais.

Ele está em processo de revisão, previsto no quadro operativo deste plano, e deve respeitar a prioridade absoluta às crianças e adolescentes, conforme Artigo 227 da Constituição Federal, com especial atenção à primeira infância, em alinhamento aos preceitos da Iniciativa Urban95.

Alcinópolis é um município novo e de pequeno porte, mas a sua preocupação com o meio ambiente e com a educação está também em sua razão de ser, por sediar Unidades de Conservação (UC).

1 Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

2 Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que julho de 2001, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

3 Lei Complementar nº 44, de 7 de dezembro de 1994, da Câmara Municipal de Alcinópolis

Outra preocupação da cidade é se desenvolver planejadamente. Para isso, promoverá melhorias nos caminhos entre a casa e a escola de estudantes do ensino infantil e fundamental, realizando obras de pavimentação asfáltica em diversos pontos da cidade e tendo a mobilidade urbana como uma das áreas prioritárias da gestão, com destaque no olhar para a primeira infância, inclusive com a adequação das calçadas que ainda se faz necessária.

Com toda a infraestrutura pensada para os próximos dez anos, também será preciso avaliar a velocidade das vias, especialmente em trechos próximos a equipamentos públicos, e pensar em novas formas de mobilidade urbana, como a infraestrutura cicloviária.

Alcinópolis contempla as nascentes de um importante corpo hídrico do Pantanal, o rio Taquari, e seus rios e afluentes próximos à cidade, tanto na zona urbana quanto na zona rural, não são poluídos.

O abastecimento de água potável é constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição. De acordo com Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2019, 67,94% da população total do município tinha acesso aos serviços de abastecimento de água, o que vem sendo aprimorado. O Novo Belo Horizonte utiliza poços artesianos e, para trazer qualidade de vida à população, é necessário implementar um sistema de tratamento a longo prazo.

O município desenvolve o Projeto Conhecendo para Preservar, por meio da visita anual de crianças da educação infantil ao Parque Natural Municipal Tempo de Pilares e a unidades de conservação. Também promove o Sala Verde, uma ação com chancela do Ministério do Meio Ambiente que oferece palestras, cursos e oficinas voltadas à educação ambiental. Mas ainda é necessário aprimorar as ações de educação ambiental, fomentando este cuidado desde a primeira infância.

Alcinópolis possui três praças, sendo uma localizada na zona central e as outras duas nos bairros Jardim Bom Sucesso e Bairro Bom Retiro, ainda na Zona Urbana. Ainda é necessário, no entanto, adequá-las à primeira infância, para que se tornem um espaço de lazer para a comunidade.

Durante o processo de elaboração do PMPI, o Comitê Primeira Infância aceitou o convite da iniciativa Urban95 e experimentou a cidade a uma altura de 95 centímetros. Percebeu que a circulação das crianças pequenas pela cidade costuma depender, em um primeiro momento, de um adulto ou cuidador e, gradualmente, passa a ser possível com mais autonomia, pelos próprios pés. O resultado desta experiência foi a percepção da necessidade de mudanças necessárias nos caminhos, especialmente nos equipamentos públicos como os de Saúde, Educação, Assistência e Lazer. E, a partir desta percepção, estabeleceu as mudanças pensadas neste plano.

Ações propostas para Cidade e Meio Ambiente

1. Implementar as mudanças previstas na revisão do Código de Postura;
2. Elaborar projeto de lei para instituir o departamento de planejamento urbano;
3. Promover ações para melhoria da mobilidade urbana das crianças, incluindo a revitalização de 10% das calçadas adequadas à primeira infância;
4. Implementar plano ciclovitário;
5. Conscientizar 100% dos comerciantes e moradores quanto a adequação de calçadas;
6. Promover a manutenção das calçadas adequadas à primeira infância e das ciclovias;
7. Revitalizar praças, com equipamentos adequados à primeira infância que possibilitem o equilíbrio, o escalar, o pular e o brincar e espaços que tragam sombra, descanso e acessibilidade;
8. Ampliar e manter a sinalização para redução de velocidade em pontos próximos aos equipamentos públicos (creches, pré-escolas, UBS, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, etc.);
9. Implementar nas praças sinalização com a identidade visual da primeira infância no município de Alcinópolis, inspirada nas artes rupestres;
10. Criar Estação de Tratamento de Água no Novo Belo Horizonte;
11. Avaliar a qualidade da água em Alcinópolis, incluindo os moradores, após a implementação da Estação de Tratamento de Água;
12. Fomentar a participação das crianças da primeira infância em atividades de educação ambiental;
13. Implementar controle do número de crianças da primeira infância participantes das atividades de educação ambiental.

Esporte e lazer

O MLPI, em seu artigo 5º, afirma que o brincar e o lazer são áreas prioritárias para as políticas públicas da primeira infância. Afirma ainda, em seu artigo 17, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar e estimular a criação de espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades.

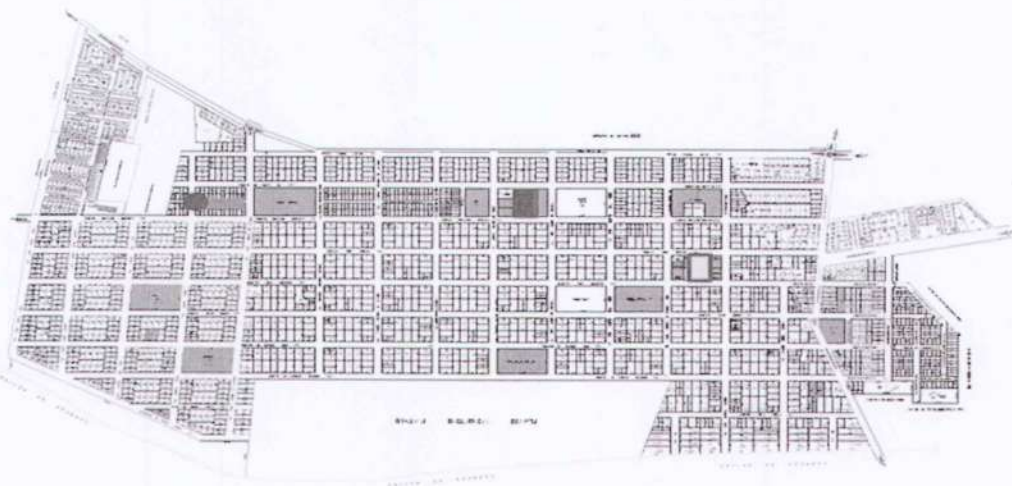
O direito ao brincar é previsto e regulamentado pela Declaração Universal dos Direitos da Criança, que afirma que a criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito. Aliar esporte e brincadeira na infância é uma forma de a criança se movimentar de maneira divertida e recreativa.

Atualmente, Alcinópolis conta com uma escola de futsal mista, para meninos a partir dos cinco anos e meninas a partir dos seis anos. E, em 2021, com estímulo da iniciativa Urban95 e de forma intersetorial, foi realizado o Ruas Brincantes, que envolveu famílias e crianças.

As praças podem potencializar ações de esporte e lazer, possibilitando inclusive iniciativas intersetoriais. E as crianças da CMEI Brenno Crisóstomo Duarte participaram ativamente do projeto para pensar em uma praça inspirada por elas, como citado no capítulo FEITO A MUITAS MÃOS, COM PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS.

O mapa a seguir apresenta os espaços de esporte e lazer do município:

Figura 5: Mapa de Espaços de Esporte e Lazer destinados à primeira infância



No processo de elaboração do diagnóstico para este plano, o Departamento de Esporte da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto refletiu sobre a necessidade de ampliar as atividades esportivas e de lazer para a primeira infância, desemparedando¹ as crianças e possibilitando a conexão com o território, para que possam brincar em espaços públicos e de uso coletivo e circular pelas ruas da cidade com segurança.

Ações propostas para o Esporte e o Lazer

1. Criar calendário cultural esportivo que contemple a primeira infância;
2. Formar equipe técnica para agilizar processos burocráticos e potencializar ações de esporte e lazer.

¹ Emparedamento da infância é um termo que descreve a condição que a infância urbana vive, de constante presença em ambientes fechados, entre paredes. Assim, “desemparedamento” diz respeito ao rompimento dessas barreiras e à circulação, ocupação e uso dos ambientes públicos pelas crianças, ao ar livre e na natureza.

Cultura

A cultura é um direito da criança, universal e inalienável, expresso pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Marco Legal da Primeira Infância, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela Declaração da Unesco sobre a Diversidade Cultural, pela Convenção sobre os Direitos da Criança, pela Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, dos quais o Brasil é signatário.

A cultura é símbolo das raízes de um povo, reeditando a sua identidade e construindo a sociedade. É por meio da cultura que se expressam a linguagem, os valores e a história.

Na primeira infância, o papel da cultura é fazer a conexão entre o passado e o futuro, ativando a interação da criança com possibilidades de criatividade e expressão, promovendo e desenvolvendo potencialidades.

Assim como na maioria das cidades brasileiras, a área da Cultura em Alcínópolis ainda não apresenta sistematização das ações voltadas à primeira infância que gere dados e informações estatísticas suficientes para estudos ou para a elaboração de um diagnóstico.

Dentre as poucas ações neste campo voltadas à primeira infância está a Biblioteca Municipal Rui Barbosa, que disponibiliza materiais como livros infantis, jogos e brinquedos, mas ainda é necessário qualificar o acervo, que só alcança 50% da necessidade.

A área da Cultura em Alcínópolis é nova, assim como o próprio município. Pode e deve se reinventar e ampliar sua atuação para ambientar a primeira infância de forma mais efetiva, considerando ações programáticas, estruturação orçamentária e a criação de mecanismos e procedimentos de sistematização e de banco de dados que permitam colocar essa política fundamental no contexto da primeira infância.

O Comitê Primeira Infância refletiu sobre a importância da cultura para a primeira infância e estabeleceu as mudanças pensadas neste plano.

Ações propostas para a Cultura

1. Contratar especialistas para treinar professores das escolas para a realização de atividades de musicalização para 80% das crianças matriculadas na educação infantil;
2. Fomentar peças infantis para apresentações destinadas a 100% das crianças matriculadas na educação infantil;
3. Implementar oficinas de dança para 100% das crianças da primeira infância matriculadas na educação infantil;
4. Implementar oficinas de artesanato para 100% das crianças da primeira infância matriculadas na educação infantil;
5. Implementar pontos de cultura.

Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e, a partir da Constituição de 1988, é dever do Estado proporcionar o atendimento das crianças de zero a seis anos. Com a emenda constitucional 59/2009, o ensino passa a ser obrigatório a partir dos quatro anos e, com isso, o atendimento universal destina-se às crianças a partir desta idade. É dever do poder público o atendimento das crianças de zero a três anos, ainda que não em sua totalidade.

Para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)¹, a educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O Plano Nacional pela Primeira Infância, por sua vez, reforça a educação infantil como processo social de formação humana e instrumento de desenvolvimento social e econômico.

O Comitê Primeira Infância de Alcinópolis compreende o ambiente escolar como um espaço para a transmissão de conhecimentos, para ampliar a capacidade de relacionamento dos conteúdos e das interpretações e para possibilitar experimentações e vivências significativas.

O município está ciente do compromisso estabelecido no Plano Nacional de Educação – PNE: universalizar, até 2016, a pré-escola e ampliar a cobertura de creches em, no mínimo, 50% até 2024. E, embora ainda esteja distante do alcance desses resultados, com percentual de atendimento em creches de 27,78% e na pré-escola de 88,78% em 2020, segundo o INEP, reforça, neste plano, seu compromisso de ampliar o acesso à Educação Infantil. Outros desafios enfrentados pelo município são: qualificação da leitura literária e do acervo, ampliação dos brinquedos e jogos pedagógicos; e ampliação e adequação dos espaços da Educação Infantil.

O Comitê Primeira Infância, durante o processo de elaboração do PMPI, atuou para garantir o acesso à creche e à pré-escola de qualidade para as crianças de Alcinópolis, e para isso desenvolveu propostas a seguir.

1 Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

Ações propostas para a Educação Infantil

- 1.** Estabelecer parcerias para ampliar recursos financeiros para garantir 50% de atendimento da população de 0 a 3 anos em creches;
- 2.** Construir salas de aula para a educação infantil;
- 3.** Promover busca ativa para mensurar a demanda por creches no município;
- 4.** Contratar profissionais habilitados;
- 5.** Efetivar equipagens das instituições, para que as crianças tenham acesso a um espaço adequado e de qualidade;
- 6.** Reformar, adequar e manter as unidades regularmente;
- 7.** Promover levantamento dos casos de estudantes que necessitam de suporte para aulas de reforço, para recuperação da aprendizagem;
- 8.** Contratar monitor para sala de aula;
- 9.** Viabilizar espaços físicos com materiais lúdicos sugeridos na escuta das crianças;
- 10.** Promover atividades de Incentivo à leitura para 100% das crianças matriculadas na educação infantil;
- 11.** Adquirir livros, brinquedos e jogos pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial e incentivem a leitura e o brincar para 100% das unidades de Educação Infantil e para a Biblioteca Rui Barbosa.

Saúde

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não, simplesmente, a ausência de doenças ou enfermidades. Também é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, conforme apresentado no Art.196 da Constituição Federal de 1988.

A atenção e os cuidados integrais e integrados para promover e proteger a saúde da criança é ratificado pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC).

O MLPI reitera em seu artigo 5º a saúde como uma área prioritária para a primeira infância e assegura, em seu artigo 8º, a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O PNPI destaca que devem ser incentivadas e apoiadas algumas diretrizes das políticas públicas de saúde, para as quais os recursos de investimento deverão ser prioritariamente dirigidos, que envolvem ações integradas direcionadas à saúde da gestante e da criança até seis anos, por estratégias consideradas fundamentais, como humanização, o acesso aos serviços e a qualificação da atenção à saúde da mulher e da criança.

Para o Comitê Primeira Infância, é fundamental assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério (pós-parto). E, às crianças, o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis.

Alcinópolis desenvolve programas para acompanhamento de gestantes e apoio ao aleitamento materno. E tem duas unidades de saúde: Unidade Básica de Saúde da Família Olegário Barbosa da Silveira e Unidade Básica de Saúde João Ferreira de Andrade.

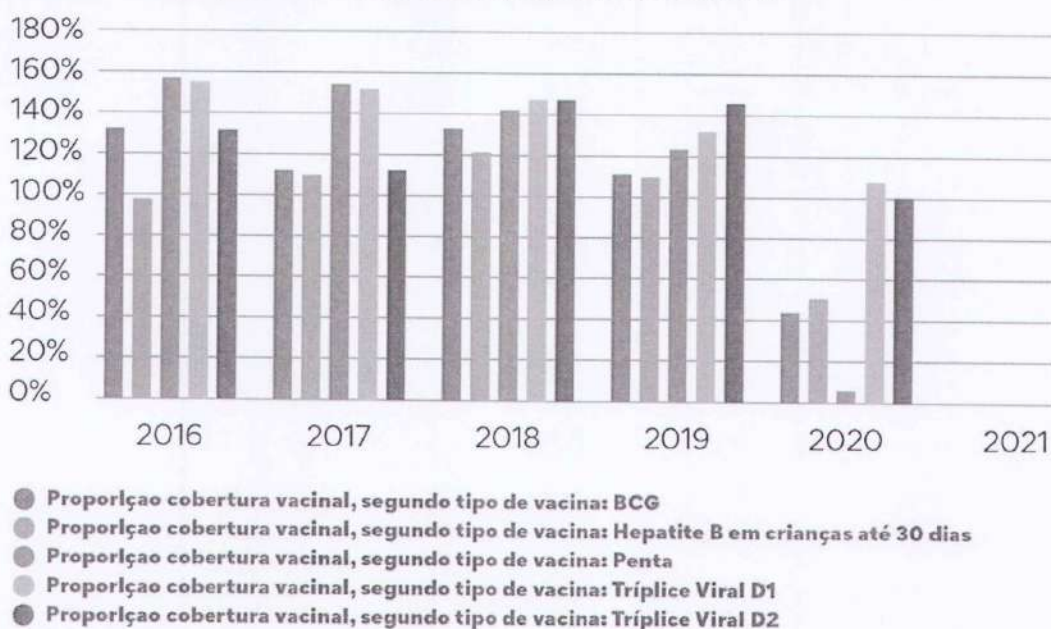
Embora o município não tenha registrado as informações no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, sabe da importância da recomendação do aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida e complementado com alimentos até os dois anos ou mais. Alcinópolis realiza orientações sobre o aleitamento e compreende ser um

importante indicador para a saúde da criança. Por isso, implementará ações para reforçar a orientação e o acompanhamento da amamentação.

A vacinação infantil é outro indicador importante para a saúde na primeira infância, por ser responsável pela proteção da criança mesmo antes do nascimento, quando os anticorpos da mãe são transferidos para o bebê através da placenta. É essencial para a prevenção de diversas doenças e, além de proteger a criança, também protege a sociedade, impedindo a circulação viral.

Alcinópolis tem apresentado, no geral, uma boa cobertura de vacinação infantil, que, em 2019, alcançava 130%. Em 2020, porém, com a pandemia da Covid-19, essa taxa caiu para 63%, inferior à média nacional e à do Estado. É importante ficar atento aos desagregadores deste indicador, como o tipo de vacina.

Gráfico 7: Proporção de cobertura vacinal, segundo tipo de vacina



Fonte: MS / Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações

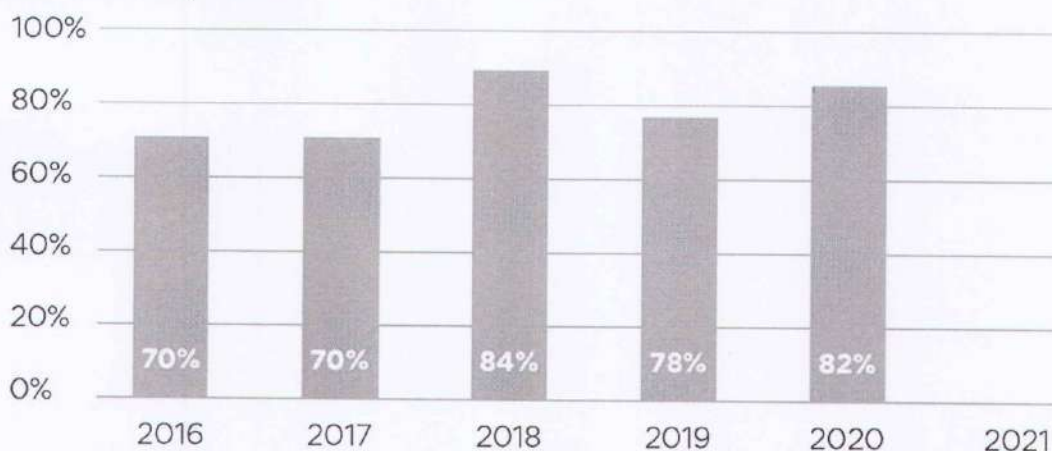
A proporção da cobertura vacinal por tipos de vacinas traz alertas para a equipe de Saúde de Alcinópolis. A vacina Pentavalente, uma combinação de cinco imunizantes, apresentou cobertura de 8% em 2020; a BCG, de 44%, e a Hepatite B, de 54%.

Nos últimos anos, a pandemia da Covid-19 assolou a população brasileira e Alcinópolis não registrou, em 2020, notificações ou óbitos relacionados à primeira infância. Mesmo assim, compreende a importância dos cuidados

relacionados à prevenção e a vacinação das crianças, tendo reforçado as orientações para a população em geral.

Os indicadores relacionados à gestação e ao parto têm grande importância para a sobrevivência infantil. É fundamental a atenção ao aumento das consultas pré-natais, ao tipo de parto, ao baixo peso ao nascer e aos indicadores relacionados à mortalidade infantil e materna. Por isso, é importante buscar sempre ampliar a cobertura de gestantes com pelo menos sete consultas pré-natais.

Gráfico 8: Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram pelo menos sete consultas pré-natais



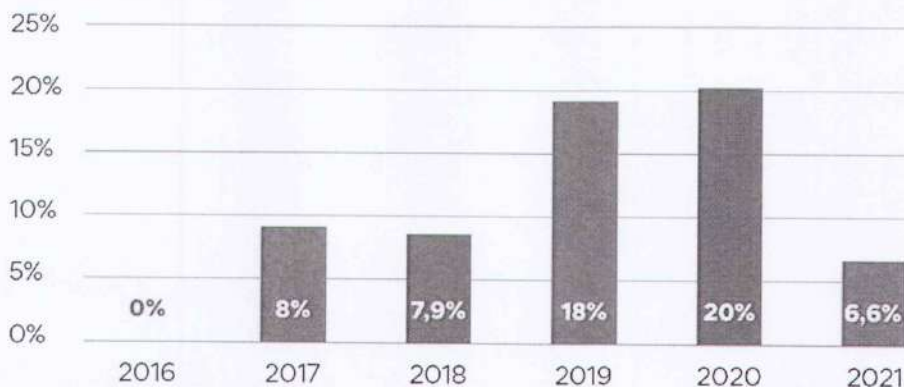
Fonte: MS / DATASUS / Estatísticas Vitais

O percentual de partos cesáreos é alto na cidade, que não conta com maternidade, e alcançou 92% em 2020. O município continuará orientando sobre a importância do parto normal e humanizado.

Outro ponto de atenção é o baixo peso ao nascer, que pode ser um fator determinante de mortalidade neonatal, ocorrências de infecções perinatais, maior ocorrência de hospitalização, déficit no crescimento e desenvolvimento da criança, além de baixo desempenho escolar.

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o baixo peso ao nascer é definido pelo peso menor que 2.500 gramas. Essa classificação se baseia em observações epidemiológicas que revelam que crianças com menos de 2.500g ao nascer têm um risco aproximadamente 20 vezes maior de morrer comparado ao de crianças que nascem com peso maior.

Gráfico 9: Proporção de crianças de baixo peso em relação ao total de nascidos vivos



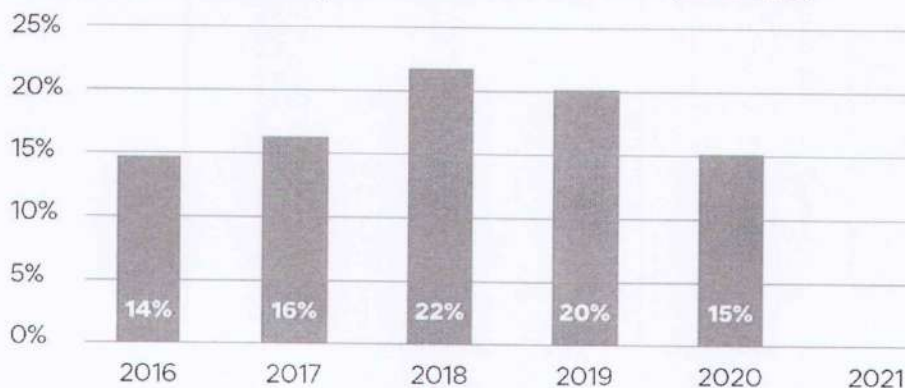
Fonte: SES/tabnet.saude.ms.gov.br

Esse indicador aponta a proporção dos bebês que nascem com menos de 2,5 quilos e essa medida está diretamente ligada a altas taxas de mortalidade neonatal e a problemas de saúde ao longo da vida da criança.

A gravidez na adolescência é considerada quando ocorre entre os 10 e 20 anos, conforme a OMS. Apontada como uma gestação de alto risco decorrente das preocupações em relação à mãe e ao recém-nascido, a gravidez nesta faixa etária pode acarretar problemas sociais e biológicos.

Além dos problemas de saúde, a gravidez na adolescência traz repercussões sociais, como a evasão escolar; problemas psicológicos tanto para a menina quanto para o seu parceiro, por se sentirem impotentes diante da situação; conflitos familiares; e o fato de os pais, muitas vezes, não terem idade suficiente para proverem o sustento de seu bebê.

Gráfico 10: Percentual de partos de Mães adolescentes (até 19 anos)

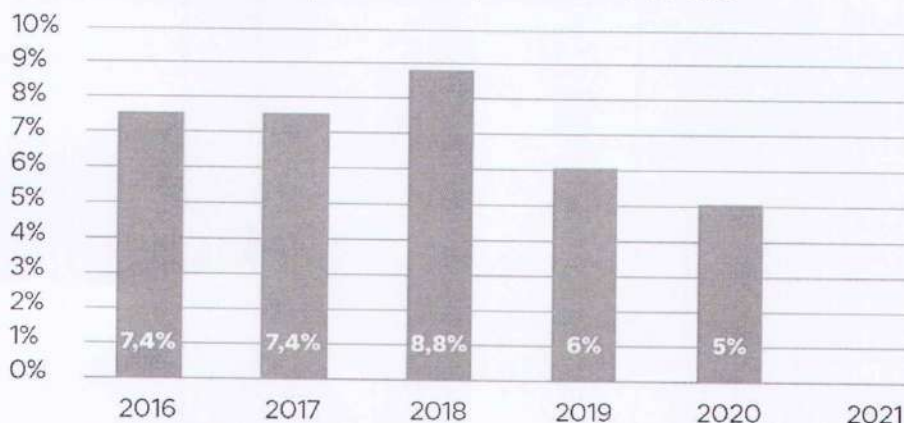


Fonte: MS / DATASUS / Estatísticas Vitais

Alcinópolis registrou 15,38% de nascidos vivos de mães adolescentes (até 19 anos) em 2020. Ao analisar os detalhes deste indicador com base no ano de 2019, é possível identificar que 100% das mães tiveram seus filhos entre 15 e 19 anos e 100% delas têm menos de 11 anos de estudo.

A prevalência de obesidade tem aumentado de maneira epidêmica entre crianças e adolescentes nas últimas quatro décadas e representa um grande problema de saúde pública, no mundo e no Brasil. Embora Alcinópolis tenha números menores que as médias nacional e do estado, o município apresentou 5% de percentual de peso elevado em menores de 5 anos em 2020.

Gráfico 11: Percentual de peso elevado para idade - 0 a 5 anos

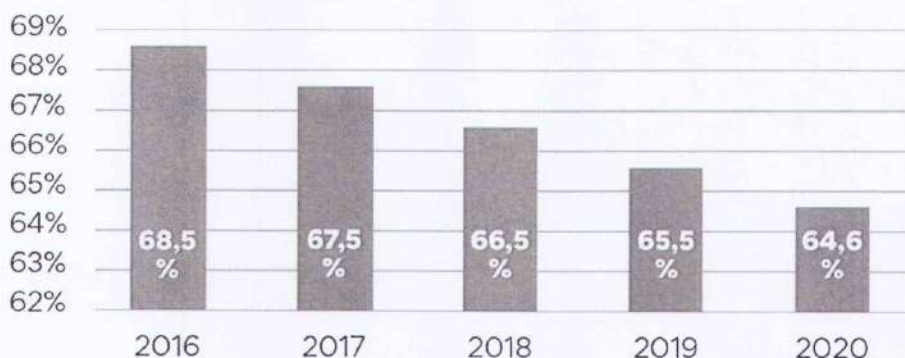


Fonte: Ministério da Saúde: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)

A taxa de óbito infantil tem sido reduzida no município, mas é importante avançar para reduzir o óbito neonatal. Para isso, a Secretaria Municipal de Saúde e o Comitê Primeira Infância incrementaram as ações no PMPI.

A cobertura populacional estimada na Atenção Primária em 2020, conforme o SAPS/MS, foi de 64,57%. É importante ficar atento a este indicador, que vem apresentando redução nos últimos anos.

Gráfico 12: Percentual de Cobertura de Equipe Saúde da Família na população total do Município



Fonte: MS / Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (SAPS/MS)

Durante o processo de elaboração do PMPI, o Comitê Primeira Infância atuou para propor ações para a promoção da saúde das gestantes e crianças na primeira infância.

Ações propostas para a Saúde

1. Promover o estímulo ao aleitamento materno exclusivo para pelo menos 20% das mães do município;
2. Implementar controle para identificar as mães que realizam aleitamento materno exclusivo;
3. Orientar sobre aleitamento materno exclusivo durante o pré-natal;
4. Conscientizar as gestantes e as famílias sobre a importância do aleitamento materno por meio de redes sociais, grupos de gestantes e rádios;
5. Verificar a caderneta de saúde das crianças da primeira infância, por meio das ações do Programa Saúde na Escola;
6. Orientar e conscientizar sobre a importância da vacinação infantil por meio das mídias sociais e rádios;
7. Elaborar campanhas de vacinação;
8. Acompanhar o pré-natal adequado também com ginecologista/obstetra;
9. Identificar e encaminhar adequadamente as gestantes de alto risco;

10. Incentivar que as gestantes realizem pelo menos sete consultas pré-natal;
11. Ampliar o número de crianças acompanhadas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN;
12. Conscientizar as famílias sobre a obesidade infantil em redes sociais e por meio de panfletos;
13. Inserir as famílias com crianças em situação de obesidade infantil no Programa Horta Comunitária;
14. Realizar projeto junto à Academia de Saúde voltada à primeira infância;
15. Promover aulas de natação para 50% das crianças com obesidade infantil;
16. Conscientizar as gestantes e puérperas sobre os malefícios do uso de álcool e drogas;
17. Promover campanhas sobre os malefícios do uso de álcool e drogas na Semana Nacional de Combate ao Alcoolismo, que acontece entre os dias 18 a 22 de fevereiro;
18. Integrar o Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) do Programa Saúde na Escola (PSE) para o desenvolvimento de ações educativas na prevenção da gravidez na adolescência;
19. Desenvolver as ações do Programa Saúde na Escola com foco na prevenção de gravidez na adolescência para 80% dos adolescentes matriculados nas escolas;
20. Disponibilizar métodos contraceptivos de longa duração para todas as adolescentes que solicitarem;
21. Realizar avaliação antropométrica das crianças de até seis anos acompanhadas nas Unidades de Saúde, seguindo calendário vacinal;
22. Realizar avaliação antropométrica das crianças de até seis anos que participam nas vivências do Programa Auxílio Brasil;
23. Realizar pesagem das crianças nas escolas em parceria com o PSE;
24. Realizar cadastro precoce da gestante para garantir no mínimo 07 consultas de pré-natal durante a gestação.

Assistência Social

A Assistência Social é a política pública de Seguridade Social não contributiva, instituída na Constituição Federal (CF) de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 1993, voltada ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, de risco pessoal e social e de violação de direitos, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública estatal e não estatal. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, instituiu o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) para organizar os serviços, programas, projetos e benefícios relativos à Assistência Social.

O papel estratégico do SUAS na promoção do desenvolvimento da primeira infância, especialmente a partir do trabalho social com as famílias, constitui-se em um braço estratégico para o atendimento dos indivíduos nessa faixa etária, considerando a integralidade das suas demandas.

Em Alcinoópolis, compete à Secretaria Municipal de Assistência Social planejar, organizar e supervisionar serviços para a população, como o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, entre outros.

O município desenvolve o programa Família Acolhedora, que consiste em cadastrar e capacitar famílias da comunidade para receber em suas casas, por um período determinado, crianças, adolescentes ou grupos de irmãos em situação de risco pessoal e social, dando-lhes acolhida, amparo, aceitação, amor e a possibilidade de convivência familiar e comunitária.

A família de acolhimento representa a possibilidade de continuidade da convivência familiar em ambiente sadio para a criança ou adolescente. Receber uma pessoa em acolhimento provisório, entretanto, não significa integrá-la como filho. A família de apoio assume o papel de parceira no atendimento e na preparação para o retorno à família biológica ou substituta.

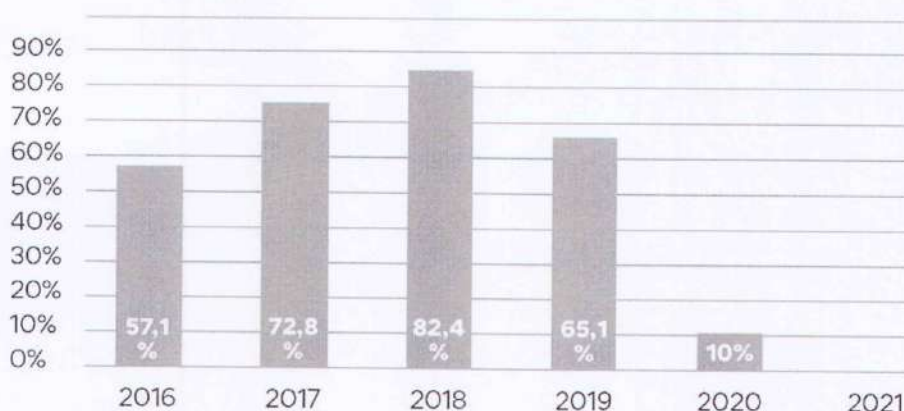
Em 2020, não houve crianças participantes do programa, que conta com uma família cadastrada.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o objetivo do Programa Bolsa Família (PBF) é contribuir para a superação da pobreza no país. O PBF foi substituído pelo Auxílio Brasil, integrando em apenas um programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação,

emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país e garante uma renda básica a essas famílias.

O Auxílio Brasil é coordenado pelo Ministério da Cidadania, responsável por gerenciar os benefícios do programa e o envio de recursos para pagamento. Em Alcínópolis-MS estão sendo beneficiadas 320 (trezentos e vinte) famílias.

Gráfico 13: Proporção de crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família



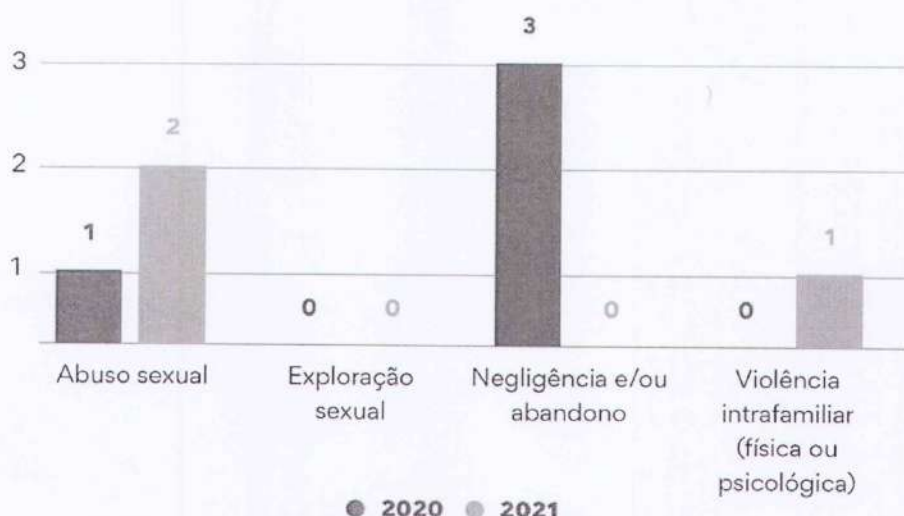
Fonte: Ministério da Cidadania: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)

O dado percentual revelado pelo gráfico indica um baixo número de crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do programa em 2020 (10%). Entretanto, com os impactos da pandemia de Covid-19, associados aos efeitos da Emenda Constitucional 95, que institui o novo regime fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, congelando o teto de gastos por 20 anos, esse percentual certamente voltará a crescer.

Dados do Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência, da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), traçaram o perfil daqueles que mais sofrem com agressões e abusos no Brasil. No estudo, foi possível identificar que, em 58% dos casos, as crianças estão na faixa etária de 0 a 6 anos. O principal tipo de violência é o abuso sexual (49,3%), seguido pela violência psicológica (24,4%), violência física (15,6%) e negligência (10,7%).

Em 2021, três casos de violência contra crianças e adolescentes deram entrada no Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS de Alcínópolis, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 14: Notificações de violência contra crianças de até 6 anos



Fonte: Prefeitura Municipal de Alcinoópolis/CREAS

O gráfico acima indica que três crianças de até seis anos sofreram violência. Essa informação pode revelar um elevado índice de subnotificação, demonstrando a necessidade de maior intensificação das campanhas e de atividades permanentes na direção de motivar e facilitar a denúncia. A questão se apresenta como desafio para a área e é importante perceber que, no conjunto das violências intrafamiliares, estão presentes as violências física e psicológica, a negligência e a violência sexual.

Alcinoópolis desenvolve o Projeto “Dialogando Igualdades”, comandado pela juíza Doutora Larissa Luiz Ribeiro, da Vara Criminal da Infância e Juventude da 2ª instância da cidade de Coxim, município do Mato Grosso do Sul. O Projeto deseja mudar a cultura de violência contra a mulher no vínculo familiar, gerando autorreflexão e responsabilização de homens autores de violência doméstica. Para isso, promoverá atividades em grupo, de caráter reflexivo e psicopedagógico. Para o município, a cultura de violência contra a mulher, que também atinge a primeira infância, precisa ser extinta. A violência doméstica também será discutida nas escolas, desde as primeiras séries, para que as crianças saibam identificar os abusos dentro de suas casas e denunciem, caso ocorram.

No Brasil, o trabalho é proibido a todas as crianças e adolescentes (Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição) e, dos zero aos treze anos, nenhum trabalho é permitido.

Em Alcinoópolis, segundo o CREAS, não houve notificações, em 2020, de trabalho envolvendo crianças de 0 a 6 anos. No entanto, é necessário refletir que este dado pode não revelar a realidade, considerando a questão

da subnotificação, principalmente pelo aumento do trabalho infantil nos últimos dois anos, quebrando um ritmo de queda que já atingia 10 anos consecutivos.

O Comitê Primeira Infância, durante o processo de elaboração deste plano, atuou para garantir e promover a proteção das crianças na primeira infância, inclusive à acessibilidade.

Ações propostas para a Assistência Social

- 1.** Promover treinamento anual de profissionais do CRAS, CREAS, CACA e Conselho Tutelar, com foco na promoção de direitos e proteção da primeira infância;
- 2.** Adequar os banheiros para a primeira infância nos equipamentos públicos de Assistência Social;
- 3.** Promover acessibilidade nos equipamentos públicos de Assistência Social;
- 4.** Promover campanhas para redução de violências contra crianças na primeira infância;
- 5.** Acompanhar famílias das crianças em situação de violência;
- 6.** Ampliar a participação das crianças em situação de vulnerabilidade social nos programas existentes;
- 7.** Promover campanhas sobre os malefícios do trabalho infantil;
- 8.** Promover campanhas anuais para esclarecimento sobre o Programa Famílias Acolhedoras, visando a ampliar o número de famílias para o acolhimento;
- 9.** Garantir dotação orçamentária para pagamento de subsídio financeiro para 100% das famílias acolhedoras;
- 10.** Inserir 100% das crianças em idade de Primeira Infância que foram afastadas das suas famílias por medida protetiva determinada judicialmente no Serviço da Família Acolhedora.

Avaliação e monitoramento

O Plano Municipal pela Primeira Infância é um plano decenal, que requer uma gestão adequada para garantir que as ações propostas sejam efetivas.

Segundo o PNPI, a avaliação das políticas públicas responde ao princípio de que a observação contínua e sistemática da realidade sobre a qual se deseja intervir é condição para a implementação de ações eficazes e aderentes às realidades. Com o processo avaliativo, é possível identificar se os desejos da cidade estão sendo realizados e o fluxo desse acompanhamento permite que as áreas responsáveis revisitem e revisem suas práticas.

O processo de avaliação e monitoramento também tem a função de ampliar e fortalecer a institucionalização da política pública pela primeira infância.

Para efetivar o processo de avaliação e monitoramento do plano, é fundamental criar uma Coordenadoria de Avaliação do PMPI, conduzida pelo Comitê Primeira Infância, que acompanhe o processo e realize um relatório anual, para cobrar a efetividade das ações e comunicá-las à população, garantindo a transparência do andamento do PMPI.

Tal processo envolverá, além da instituição da Coordenadoria de Avaliação, a definição de um plano de trabalho intersetorial, com autonomia e baseado nos quadros operativos que detalharam os objetivos, metas, ações e responsáveis.

Dentre as incumbências da Coordenadoria de Avaliação do PMPI, é possível destacar a gestão da execução das ações previstas, a estruturação de plano de comunicação e a implementação de metodologias de monitoramento e de avaliação do plano. A produção e divulgação de relatórios anuais faz parte da estratégia de monitoramento e de garantia de transparência do PMPI. Outra função da coordenadoria é a interlocução com os gestores municipais e a Câmara de Vereadores de Alcínópolis.

Agradecimentos

A elaboração deste documento é resultado do engajamento de muitas pessoas, a partir da escuta atenta de nossas crianças, que deram asas à imaginação e luzes aos seus desejos. Uniram-se poder público, sociedade civil e entidades não governamentais (Urban95 e CECIP) em prol da materialização do Plano Municipal pela Primeira Infância de Alcinópolis-MS, que se constitui na tomada de decisões, previsão de investimentos e ações de proteção e de promoção dos direitos das crianças na primeira infância.

A Prefeitura Municipal de Alcinópolis, na pessoa do prefeito Dalmy Crisóstomo da Silva, agradece a todos os envolvidos no processo de construção do Plano Municipal pela Primeira Infância, em especial:

Às crianças da educação infantil, as quais participaram da ação de escuta, representando todas as crianças, que, por meio da expressão de suas impressões sobre nosso município, colaboraram para subsidiar a elaboração deste plano.

Às profissionais da CMEI Brenno Crisóstomo Duarte que acompanharam as crianças nos passeios pela cidade, mediararam brincadeiras e apoiaram o processo de escuta.

Aos membros do Comitê Primeira Infância, os quais não mediram esforços para refletir sobre as limitações do nosso município e sobre ações que promovam melhor estruturação nos serviços e na infraestrutura de Alcinópolis para a garantia dos direitos e bem-estar de nossas crianças.

Às Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto; Assistência Social; Saúde; Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente; Obras, Viação e Serviços Públicos; Administração e Finanças.

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), participativo no processo de elaboração e aprovação do PMPI.

À Câmara dos Vereadores, que participou na audiência pública e aprovação do PMPI.

À Urban95 e ao CECIP Centro de Criação de Imagem Popular, essenciais ao longo do processo de elaboração do PMPI, nos concedendo apoio técnico por meio da articulação com especialistas que, sempre muito prestativos e dedicados, nos motivaram e deram condições para a escuta adequada das crianças e para a constituição do plano.

Enfim, gratidão a todos que colaboraram para tornar possível este Plano Municipal da Primeira Infância, considerando a escuta de nossas crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Vânia Carvalho (Org). SARMENTO, Manuel Jacinto... [et al.]. **Educação infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas.** Ministério da Educação - Brasília DF. Vitória: EDUFES, 2015.

BLAUTH, Guilherme. **Parques naturalizados: como criar e cuidar de paisagens naturais para o brincar.** São Paulo: Instituto Alana, 2022.

BRASIL, **Marco Legal da Primeira Infância.** Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016. Brasília, DF. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Brasília, DF. 1988

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8069/1990. Acessado em 27/04/20220. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. - Brasília, DF: Inep, 2015. 404 p.: il.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em Política Nacional de Educação Especial na (mec.gov.br). Acesso em 08 de abril de 2022.

FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER, Urban 95. **Guia Urban 95 Ideias para Ação.** 2019.

Gürdoğan, Beyza et al. **Estudos Istambul95: Ideias para Parques Infantis 0-3 anos de idade.** Fundação Bernard van Leer. Karaköy, Istambul 34425 Turquia www.superpool.org 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades - Alcinópolis.** Acessado em 26 de abril de 2022. Disponível em: <https://ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/alcinopolis.html>

JANNUZZI, Paulo de Martino. **A Importância dos Indicadores na Elaboração de Diagnósticos para o Planejamento no Setor Público.** Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais de Saúde**. Brasília/DF, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual Técnico: Pré-Natal e Puerpério: Atenção qualificada e humanizada**. Brasília/DF, 2006.

MS, Ministério da Saúde. **Obesidade infantil traz riscos para a saúde adulta**. Brasília, DF, 2019.

OBSERVATÓRIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA. **Guia Formativo: Monitoramento de Políticas Públicas pela Primeira Infância**. 1ª Edição, 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Recomendações da OMS sobre atendimento pré-natal para uma experiência gestacional positiva: Resumo Destaques e mensagens principais da Recomendação Global para Atendimento Pré-natal**. USAID from the American People. Janeiro/2018.

PROTEJA. **Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil: orientações técnicas**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

RNPI, Rede Nacional Primeira Infância. ANDI Comunicação e Direitos. **Plano Nacional pela Primeira Infância – 2ª Edição (revisada e atualizada)**. Brasília/DF, 2020.

RNPI, Rede Nacional Primeira Infância. ANDI Comunicação e Direitos. **Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância**.

RNPI, Brasília, 2020. SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento de Adolescência. **Manual de Orientação: Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital**. Rio de Janeiro, 2016.

SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria. Mensagem aos Pediatras Brasileiros. Departamento Científico de Neonatologia. **Novembro: Mês da Prevenção da Prematuridade**. 17 de novembro: Dia Mundial da Prematuridade.

Anexo

Área temática: Cidade e Meio Ambiente – Secretaria de Obras

Problema: Ausência de planejamento urbano com foco na primeira infância				Indicador do diagnóstico: Não há informações sobre planejamento urbano para a primeira infância					
Objetivo: Adequar o Código de Obras e Postura do município quanto à mobilidade urbana e o foco na primeira infância									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Implementação das mudanças previstas na revisão do código de postura	Código de Postura revisado, incluindo à primeira infância	Código de Postura revisado. Mudanças previstas no Código de Postura, implementadas.	2024	Prefeitura Municipal de Alcínópolis	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente	Não	Não	Não
Elaboração de projeto de lei para instituir o departamento de planejamento urbano	Lei elaborada	Lei publicada	2024	Prefeitura Municipal de Alcínópolis	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos		Não	Não	Não
Promoção de ações para melhoria da mobilidade urbana das crianças	10% das calçadas no entorno dos equipamentos públicos adequados à primeira infância	Número de calçadas Número de calçadas revitalizadas	2024	Prefeitura Municipal de Alcínópolis	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente	Não	Não	Sim

propostas refletidas a partir da escuta de crianças

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Implementação de plano cicloviário	5 km de ciclovias	Km de ciclovias implementadas	2024	Prefeitura Municipal de Alcinópolis	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente	Não	Não	Sim
Conscientização dos comerciantes e moradores quanto a adequação de calçadas	100% dos comerciantes que atuam no entorno dos equipamentos públicos (praças, UBS, Creches, Pré-Escolas, CRAS, CREAMS, Conselho Tutelar, CACA etc.)	Número de comerciantes que atuam no entorno dos equipamentos públicos (praças, UBS, Creches, Pré-Escolas, CRAS, CREAMS, Conselho Tutelar, CACA etc.)	2024	Prefeitura Municipal de Alcinópolis	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente	Não	Não	Não

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Manutenção das calçadas	100% das calçadas adequadas	Número de calçadas próximas aos equipamentos públicos (praças, UBS, Creches, Pré-Escolas, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, CACA etc.) Número de calçadas em ótimo estado de conservação	2032	Prefeitura Municipal de Alcinópolis	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente	Não	Não	Sim
Manutenção da ciclovia	100% das ciclovias implementadas em ótimo estado de conservação	Km de ciclovias Km de ciclovias em ótimo estado de conservação	2032	Prefeitura Municipal de Alcinópolis	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente	Não	Não	Sim

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Revitalização das praças com equipamentos adequados à primeira infância que possibilitem o escalar, o equilíbrio, o pular, e o brincar, com espaços que tragam sombra, descanso e acessibilidade	100% das praças adequadas à primeira infância	Número total de praças Número total de praças adequadas à primeira infância Número de praças com brinquedos adequados à primeira infância Número de praças com ótimo estado de conservação, incluindo brinquedos, piso e pintura	2032	Prefeitura Municipal de Alcinópolis	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente	Não	Não	Sim

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Ampliação e manutenção da sinalização para redução de velocidade próximos aos equipamentos públicos (creches, pré-escolas, UBS, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar etc.)	100% das cicloviárias implementadas em ótimo estado de conservação	Número de espaços públicos com sinalização de velocidade reduzida e sinalizada Número de espaços públicos com sinalização de velocidade reduzida e sinalizada Número de placas de redução de velocidade implementada	2032	Prefeitura Municipal de Alcínópolis	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos		Não	Não	Não
Implementação sinalização nas praças com a identidade visual da primeira infância inspirada pelas crianças de Alcínópolis	100% das praças com identidade visual da primeira infância	Número de praças Número de praças com identidade visual	2032	Prefeitura Municipal de Alcínópolis	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos		Não	Não	Sim

Área temática: Cidade e Meio Ambiente – Secretaria de Obras

Problema: Água não tratada no Novo Belo Horizonte				Indicador do diagnóstico: O Novo Belo Horizonte possui água de poços artesianos					
Objetivo: Implantar estação de tratamento de água									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Criação de estação de tratamento	80% de abrangência da estação de tratamento de água	Número de moradores do Novo Belo Horizonte Número de moradores atendidos pela estação de tratamento	2032	Prefeitura Municipal de Alcinópolis	Prefeitura Municipal de Alcinópolis SANESUL	Secretária Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	Não	Não	Não
Avaliação da qualidade da água	100% da água do Novo Belo Horizonte avaliada a sua potabilidade 100% da água de Alcinópolis	Número de moradores do Novo Belo Horizonte Número de moradores com água potável no Novo Horizonte Número de moradores de Alcinópolis Número de moradores com água potável em Alcinópolis	Anual	Prefeitura Municipal de Alcinópolis	Prefeitura Municipal de Alcinópolis SANESUL		Não	Não	Não

Obs. A previsão é para 2032 por que ainda está em negociação para transformar a Vila Novo Belo Horizonte em distrito, só depois disso a concessionária poderá fazer o projeto para instalação da estação de tratamento.

Área temática: Cidade e Meio Ambiente – Meio Ambiente

Problema: Ações de educação para a primeira infância insuficientes				Indicador do diagnóstico: Poucas ações de educação ambiental para a primeira infância					
Objetivo: Ampliar a participação das crianças da primeira infância nas atividades de educação ambiental									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Fomento da participação das crianças da primeira infância em atividades de educação ambiental	Conscientizar 80% das crianças sobre a importância de educação ambiental	Número de crianças matriculadas na educação infantil Número de crianças matriculadas na educação infantil e conscientizadas sobre a importância da educação ambiental	Anual	Fundo do Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente	Não	Não	Não
Elaboração de projeto de lei para instituir o departamento de planejamento urbano	Lei elaborada	Lei publicada	2024	Fundo do Meio Ambiente	Secretária Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Não	Não	Não

Área temática: Esporte e Lazer

Problema: Insuficiência de ações voltadas à primeira infância				Indicador do diagnóstico: Atualmente existe apenas o time de futsal misto que inclui meninos e meninas a partir de quatro anos					
Objetivo: Ampliar ações de esporte e de lazer para crianças na primeira infância									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Criação de calendário esportivo que contemple a primeira infância	Calendário esportivo	Número de ações de esporte e lazer que contemple a primeira infância Número de crianças da primeira infância participantes das ações de esporte e lazer	2023 e a partir desta data, anual	Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	Não	Não	Não

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Formação de equipe técnica para agilizar processos burocráticos	100% da equipe formada	Número de pessoas da equipe técnica Número de pessoas da equipe técnica formada	2023 e a partir desta data, anual	Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos; Secretaria Municipal de Administração e Finanças.	Não	Não	

Área temática: Cultura

Problema: Ausência de ações voltadas à primeira infância		Indicador do diagnóstico: Não há diversidade de ações culturais com foco na primeira infância. Atualmente existe a Biblioteca Municipal Rui Barbosa, Casa da Memória e o Projeto da Banda Musical com atendimento a partir de 8 anos							
Objetivo: Implementar ações voltadas à primeira infância com foco nas manifestações culturais									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Criação de calendário cultural que contemple a primeira infância	Calendário cultural	Número de ações culturais que contemple a primeira infância Número de crianças da primeira infância participantes das ações culturais	2023 e a partir desta data, anua	Fonte I; Fundo Municipal de Cultura	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	Não	Não	Não

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Contratação de especialistas para treinar professores das escolas para realiza atividades de musicalização para 80% das crianças matriculadas	Musicalização para 80% das crianças entre quatro e seis anos	Número de profissionais contratados Número de crianças matriculadas na educação infantil com quatro a seis anos Número de crianças participantes dos projetos de musicalização	2023 2023 e a partir desta data, anualmente	Fonte I; Fundo Municipal de Cultura	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos	Departamento de Cultura; Unidades escolares; Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças.	Não	Não	Não
Fomento de peças infantis para apresentações para 100% das crianças matriculadas	Participação de 100% de crianças de dois a seis anos inscritas para assistir teatro infantil	Número de peças apresentadas por ano Número de crianças inscritas para assistir as peças infantis Número de crianças que assistiram as peças infantis	2023 e a partir desta data, anualmente	Fundo Municipal de Cultura	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Departamento de Cultura; Unidades escolares; Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças.	Não	Não	Não

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Implementação de oficinas de dança para crianças da primeira infância	Participação de 100% de crianças de dois a seis anos inscritas	Número de crianças inscritas para as oficinas Número de crianças participantes das oficinas	2023 e a partir desta data, anual	Fundo Municipal de Cultura	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Departamento de Cultura; Unidades escolares; Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças.	Não	Não	
Implementação de oficinas de artesanato para crianças da primeira infância	Participação de 100% de crianças de dois a seis anos inscritas	Número de crianças inscritas para as oficinas Número de crianças participantes das oficinas	2023 e a partir desta data, anual	Fonte I; Fundo Municipal de Cultura	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Departamento de Cultura; Unidades escolares; Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Assistência Social	Não	Não	
Implementação de pontos de cultura	Pontos de cultura implementados	Número de atividades relacionadas à primeira infância por ponto de cultura Número de crianças da primeira infância que acessaram os pontos de cultura	2023 e a partir desta data, anual	Fonte I; Fundo Municipal de Cultura	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Departamento de Cultura; Unidades escolares; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças.	Não	Não	

Área temática: Educação

Problema: Existência de crianças de 0 a 3 anos fora da escola				Indicador do diagnóstico: 27,78% de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos em 2020					
Objetivo: Garantir acesso à creche para crianças de 0 a 3 anos									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Estabelecimento de parcerias para ampliar recursos financeiros	50% de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos em 2032.	Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos em 2032.	2032 (anual e permanente)	FUNDEB; Cota Salário; Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente.	Sim	Sim	Não
Construção de salas de aula	50% de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos em 2032.	Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos em 2032.	2032 (anual e permanente)	FUNDEB; Cota Salário; Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	Sim	Sim	Não
Busca ativa para mensurar a demanda por creches	50% de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos em 2032.	Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos em 2032.	2032 (anual e permanente)	FUNDEB; Cota Salário; Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente	Sim	Sim	Não

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Contratação de profissionais habilitados	50% de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos em 2032.	Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos em 2032.	2032 (anual e permanente)	FUNDEB; Cota Salário; Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	Sim	Sim	Não
Efetivação das equipagens das instituições	50% de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos em 2032.	Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos em 2032.	2032 (anual e permanente)	FUNDEB; Cota Salário; Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	Sim	Sim	Não

Área temática: Educação

Problema: Não otimização de espaços físicos e insuficiência de brinquedos e jogos				Indicador do diagnóstico: Espaços inexistentes, recursos e materiais necessitam de aprimoramento					
Objetivo: Otimizar espaços escolares para aperfeiçoar atendimento de crianças, possibilitando os desejos apontados na escuta das crianças									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Reforma, adequação e manutenção das unidades regularmente	100% das crianças de zero a seis anos matriculadas em unidades escolares com ótimo estado de conservação, proporcionando atendimento adequado e seguro	Número de unidades escolares que atendem crianças de zero a seis anos	2032 (anual e permanente)	FUNDEB; Cota Salário; Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Obras	Sim	Sim	Sim
		Número de unidades escolares que atendem crianças de zero a seis anos em ótimo estado de conservação e segurança							

Área temática: Educação

Problema: Baixa qualidade da educação devido à Covid 19, que ocasionou a suspensão das aulas, limitando o contato das crianças com leitura e escrita				Indicador do diagnóstico: Com a suspensão das aulas, muitos estudantes tiveram a aprendizagem comprometida					
Objetivo: Desenvolver a habilidade de leitura e compreensão do sistema de escrita, a fim de minimizar as dificuldades de aprendizagem									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Levantamento dos casos de estudantes que necessitam de suporte para aulas de reforço, para recuperarem a aprendizagem	80% dos alunos com baixo desempenho recebendo reforço escolar	Número de alunos com dificuldade de aprendizagem Número de alunos com reforço escolar	A partir do segundo semestre de 2022, 2023 e 2024	FUNDEB; Cota Salário; Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Unidades escolares	Não	Não	Não
Contratação de monitor para salas da educação infantil	Monitores contratados de acordo com a necessidade	Número de monitores contratados	A partir do segundo semestre de 2022, 2023 e 2024	FUNDEB; Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças; Unidades escolares	Não	Não	Não

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Viabilização de espaços físicos para a oferta de reforço escolar com materiais lúdicos sugeridos na escuta das crianças			2023 e 2024	FUNDEB; Cota Salário; Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças; Unidades escolares	Não	Não	Sim
Promoção de atividades de incentivo à leitura para crianças da educação infantil	100% das crianças matriculadas na educação infantil	Número de crianças matriculadas na Educação Infantil Número de crianças matriculadas na Educação Infantil e que participaram das atividades de incentivo à leitura	Anual	FUNDEB; Cota Salário; Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças; Unidades escolares	Não	Não	Não

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Aquisição de livros, brinquedos e jogos pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial e incentivem a leitura e o brincar das unidades de Educação Infantil e para a Biblioteca Rui Barbosa	100% das unidades de Educação Infantil e da Biblioteca Rui Barbosa	Número de unidades de Educação Infantil Número de unidades de Educação Infantil que receberam kits com livros, brinquedos e jogos que contemplem a diversidade étnico-racional e incentivem a leitura e o brincar Número de livros entregues para a Biblioteca Rui Barbosa	Anual	FUNDEB; Cota Salário; Fonte I	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças; Unidades escolares	Não	Não	Não

Área temática: Saúde

Problema: Ausência de dados sobre aleitamento materno exclusivo				Indicador do diagnóstico: ausência de informações					
Objetivo: Estimular aleitamento materno exclusivo até seis meses									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Promoção de estímulo para o aleitamento materno exclusivo	20% das mães promovendo aleitamento materno exclusivo	Número de mães com recém-nascidos até seis meses	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades escolares	Sim	Não	Sim
Implementação de controle do aleitamento materno		Número de mães com aleitamento materno no exclusivo							Não
Orientação sobre aleitamento materno exclusivo durante o pré-natal	100% das gestantes em acompanhamento pré-natal recebendo orientação sobre aleitamento materno	Número de gestantes com acompanhamento pré-natal	Anual	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Sim	Não	Não
		Número de gestantes que receberam orientação sobre aleitamento materno							

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Conscientização das gestantes e famílias sobre a importância do aleitamento materno através de redes sociais, grupos de gestantes e rádios	100% das rádios, redes sociais e grupos de gestantes promovendo a orientação sobre a importância do aleitamento materno exclusivo	Número de rádios com campanhas sobre aleitamento materno Número de redes sociais promovendo campanhas sobre aleitamento materno Número de grupos de gestantes existentes Número de grupos de gestantes promovendo orientação sobre aleitamento materno	Anual	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Sim	Não	Não

Área temática: Saúde

Problema: Baixa cobertura de vacinação infantil devido a Covid 19				Indicador do diagnóstico: 63% em 2020					
Objetivo: Manter vacinação infantil em pelo menos 98% para crianças até 2 anos									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Verificação da caderneta de saúde das crianças da primeira infância por meio de ações do Programa Saúde na Escola	100% das cadernetas de vacinação infantil verificadas nas ações do Programa Saúde na Escola	Número de crianças na primeira infância participantes das ações do Programa Saúde na Escola Número de crianças na primeira infância com a caderneta de vacinação verificada	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde Programa Saúde na Escola	Secretaria Municipal de Saúde	Educação	Sim	Não	Não
Orientação e conscientização sobre a importância da vacinação infantil através das mídias sociais e rádios	100% das rádios, redes sociais e grupos de gestantes promovendo orientação sobre a importância do aleitamento materno exclusivo	Número de rádios com campanhas sobre aleitamento materno Número de redes sociais promovendo campanhas sobre aleitamento materno	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde Programa Saúde na Escola	Secretaria Municipal de Saúde		Sim	Não	Não

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Elaboração de campanhas de vacinação	Campanhas de vacinação infantil	Número de campanhas anuais realizadas	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde Programa Saúde na Escola	Secretaria Municipal de Saúde		Sim	Não	Não

Área temática: Saúde

Problema: Baixo peso ao nascer				Indicador do diagnóstico: 17,78% em 2019					
Objetivo: Reduzir em 50% o número de recém-nascidos com baixo peso ao nascer									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Acompanha- mento de pré-natal ade- quado também com ginecolo- gista/obstetra	100% das ges- tantes rece- bendo acom- panhamento pré-natal também com ginecologistas e obstetras	Número de gestantes com acompanha- mento pré-natal Percentual de gestantes com atendimento de ginecologistas e obstetras	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Sim	Não	Não
Identificação e encami- nhamento adequado das gestantes de alto risco	100% das gestantes de alto risco identificadas e com acom- panhamento adequado	Número de ges- tantes de alto risco Número de gestantes de alto risco com acompanha- mento pré-natal adequado		Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Sim	Não	Não
Incentivo para que as gestan- tes realizem pelo menos sete consulta pré-natal	90% das ges- tantes reali- zando sete ou mais consultas pré-natal	Proporção de nascidos vi- vos cujas mães realizaram pelo menos sete con- sultas pré-natal	2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Sim	Não	Não

Área temática: Saúde

Problema: Obesidade infantil		Indicador do diagnóstico: 12,79% de peso elevado em crianças para idade em menores de 5 anos acompanhadas pelo SISVAN em 2021 (86 crianças acompanhadas no total); em 2020 era 5,26% (38 crianças acompanhadas no total)							
Objetivo: Reduzir em 60% a obesidade infantil em crianças de zero a seis anos									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Ampliação do número de crianças acompanhadas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN	50% de aumento das crianças acompanhadas pelo SISVAN	Número de gestantes com acompanhamento pré-natal Percentual de gestantes com atendimento de ginecologistas e obstetras	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Não	Não	Não
Inserção das famílias com crianças em situação de obesidade infantil no Programa Horta Comunitária	100% famílias com crianças com obesidade infantil, incluídas no Programa Horta Comunitária	Número de famílias de crianças com obesidade infantil Número de famílias de crianças com obesidade infantil	2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Não	Não	Sim

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Conscientização das famílias sobre a obesidade infantil em redes sociais e por meio de panfletos	100% das redes sociais realizando conscientização das famílias	Número de redes sociais	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Não	Não	Não
		Número de redes sociais que realizam campanha							
		Número de posts com campanhas							
Realização de projeto junto à Academia de Saúde voltada à primeira infância	100% das famílias que acessam a educação recebendo panfletos	Número de famílias que acessam a educação infantil	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Não	Não	Sim
	Academia de saúde voltando ações para a primeira infância	Número de famílias que recebem panfletos que participam do Programa Horta Comunitária							

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Promoção de aulas de natação para crianças com obesidade infantil	50% das crianças com obesidade infantil participando das aulas de natação	Número de crianças da primeira infância com obesidade infantil Número de crianças da primeira infância com obesidade infantil participando de aulas de natação	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Não	Não	Sim

Área temática: Saúde

Problema: Alto consumo de álcool e drogas em gestantes e puérperas			Indicador do diagnóstico: Embora não haja dados, há percepção da equipe de saúde sobre alta incidência do uso de álcool e drogas em gestantes e puérperas						
Objetivo: Conscientizar sobre os malefícios do uso de álcool e drogas									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Conscientização de gestantes e puérperas sobre os malefícios do uso de álcool e drogas	50% das gestantes cadastradas informadas	Número de gestantes do município Número de gestantes conscientizadas Número de adolescentes cadastradas no Programa Saúde na Escola							
	50% das gestantes adolescentes cadastradas informadas	Número de adolescentes cadastradas no Programa Saúde na Escola conscientizadas	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Não	Não	Não
	100% das gestantes orientadas por meio de grupos de gestantes	Número de gestantes participantes de grupos Número de gestantes participantes de grupos e orientadas sobre os malefícios do uso de álcool e drogas							

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Promoção de campanhas sobre os malefícios do uso de álcool e drogas na Semana Nacional de Combate ao Alcoolismo, que acontece entre os dias 18 a 22 de fevereiro	100% das redes sociais promovendo campanhas, em fevereiro, sobre os malefícios do uso de álcool e drogas	Número de redes sociais existentes Número de redes sociais que divulgaram a campanha	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Não	Não	Não

Área temática: Saúde

Problema: Gravidez na adolescência				Indicador do diagnóstico: 15,38% em 2020					
Objetivo: Reduzir na gravidez na adolescência em 40%									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Integração do Grupo de Trabalho Inter-setorial (GTI) do Programa Saúde na Escola (PSE) para o desenvolvimento de ações educativas na prevenção da gravidez na adolescência;	80% das adolescentes participantes do Programa	Proporção de gravidez na adolescência (10 a 19 anos) Número de meninas adolescentes na Educação Número de meninas adolescentes participantes do PSE	Graduação de participação das adolescentes no PSE:	Atenção Primária de Saúde Programa Saúde na Escola	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto SMAS	Sim	Não	Não
			20% em 2022						
			30% em 2023						
			40% em 2024						
			50% em 2025						
60% em 2026									
70% em 2027									
80% em 2028									
80% em 2029									
80% em 2030									
80% em 2032									

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação infantil, de cuidadores e gestantes
Desenvolvimento de ações do Programa Saúde na Escola com foco na prevenção de gravidez na adolescência para 80% dos adolescentes matriculados nas escolas;	80% das adolescentes participantes do Programa	Número de adolescentes que solicitaram métodos contraceptivos de longa duração Número de adolescentes que receberam métodos contraceptivos de longa duração	Graduação de participação dos adolescentes no PSE: 20% em 2022 30% em 2023 40% em 2024 50% em 2025 60% em 2026 70% em 2027 80% em 2028 80% em 2029 80% em 2030 80% em 2032	Atenção Primária de Saúde Programa Saúde na Escola	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto SMAS	Sim	Não	Não
Disponibilização de métodos contraceptivos de longa duração para as adolescentes	100% das adolescentes que solicitarem	Número de adolescentes que solicitaram métodos contraceptivos de longa duração Número de adolescentes que receberam métodos contraceptivos de longa duração	Anual	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde		Sim	Não	Não

Área temática: Saúde

Problema: Baixo índice de pesagem/avaliação nutricional do RN até 05 anos				Indicador do diagnóstico: 15,38% em 2020					
Objetivo: Avaliar o quadro nutricional do recém-nascido até cinco anos									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Realização de avaliação antropométrica das crianças de até seis anos acompanhadas nas Unidades de Saúde, seguindo calendário vacinal	Avaliar o quadro nutricional de 100% dos RN até 05 anos	Números de crianças no primeira infância no município Número de crianças avaliadas	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Auxílio Brasil	Não	Não	Não
Realização de avaliação antropométrica das crianças de até seis anos que participam nas vivências do Programa Auxílio Brasil	Avaliar o quadro nutricional de 100% dos RN até 05 anos	Números de crianças beneficiárias do PAB Número de crianças avaliadas	Semestral até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Auxílio Brasil	Não	Não	Não
Realização de pesagem das crianças nas escolas em parceria com o PSE	Avaliar o quadro nutricional de 100% dos RN até 05 anos	Número de crianças matriculadas Número de crianças pesadas	Semestral até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Auxílio Brasil e PSE	Não	Não	Não

Área temática: Saúde

Problema: Mortalidade Infantil				Indicador do diagnóstico:					
Objetivo: Zerar as taxas de mortalidade infantil, neonatal e neonatal precoce									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação infantil, de cuidadores e gestantes
Realização de cadastro precoce da gestante para garantir no mínimo 07 consultas de pré-natal durante a gestação	Zerar a taxa de mortalidade de infantil no município até 2032	Número de Nascidos vivos Número de óbitos infantis	Anual até 2032	Atenção Primária de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social	Sim	Sim	Não

Área temática: Assistência

Problema: Ausência de profissionais capacitados para desenvolver ações voltadas à primeira infância				Indicador do diagnóstico: Sem informações					
Objetivo: Formar profissionais para atendimento à primeira infância									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Treinamento anual de profissionais do CRAS, CREAS, CACA e Conselho Tutelar	100% dos profissionais treinados	Número de profissionais dos equipamentos da Assistência	Prazo progressivo: 2023 de 25% dos profissionais 2024 de 50% dos profissionais	Fundo Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Sim	Sim	Não
		Número de profissionais dos equipamentos da Assistência treinados Treinar os profissionais que estão em contato direto com as crianças atendidas	2025 de 75% dos profissionais 2026 de 100% dos profissionais A partir de 2026 100% dos profissionais em aprimoramento anualmente até 2032						

Área temática: Assistência

Problema: Acessibilidade insuficiente nos equipamentos da Assistência Social				Indicador do diagnóstico: Sem informações					
Objetivo: Adquirir e implantar equipamentos de acessibilidade para os equipamentos de Assistência Social									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Adequação dos banheiros nos equipamentos públicos de Assistência Social	100% dos banheiros adaptados	Adaptação 100% dos banheiros do CRAS, CREAS, CACA Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar							
		Número dos banheiros: - CRAS: - CREAS: - CACA: - Secretaria de Assistência Social: - Conselho Tutelar	2024 50% 2026 100% A partir de 2026 100% em pleno estado de funcionamento	Fonte 1 FEAS (Fundo Estadual da Assistência Social)	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Obras	Sim	Sim	Não
		Número dos banheiros adaptados: - CRAS: - CREAS: - CACA: - Secretaria de Assistência Social: - Conselho Tutelar							

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação infantil, de cuidadores e gestantes
Promocão de acessibilidade nos equipamentos públicos da Assistência Social	100% dos equipamentos públicos da Assistência Social com corrimãos	Adequar as rampas de acesso com corrimão nos prédios do CACA, CRAS e Conselho Tutelar Corrimãos e rampas implantados: - CACA; - CRAS; - Conselho Tutelar	2024 50% 2026 100% A partir de 2026 100% em pleno estado de funcionamento	Fonte 1 FEAS (Fundo Estadual da Assistência Social)	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Obras	Sim	Sim	Não

Área temática: Assistência

Problema: Subnotificação de violência contra crianças			Indicador do diagnóstico: 6 crianças da primeira infância em situação de violência em 2021 (2 abuso sexual; 3 negligência ou abandono; 1 violência intrafamiliar)						
Objetivo: Reduzir violência contra crianças da primeira infância									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Promoção de campanhas para reduzir violências contra crianças	Campanha divulgada para 75% da população	Número total de pessoas Número de pessoas alcançadas com a campanha	Anual			SEMAS	Sim	Sim	Não
Acompanhamento familiar das crianças em situação de violência	100% das famílias com crianças em situação de violência acompanhadas	100% de famílias com crianças em situação de violência acompanhadas Número de famílias com crianças em situação de violência Número de crianças com famílias em situação de violência acompanhadas	2023 até 2032	FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social)	CREAS		Sim	Sim	Não

Área temática: Assistência

Problema: Ausência de programas para crianças de 0 a 6 anos			Indicador do diagnóstico: Inexistência de programas com foco na primeira infância						
Objetivo: Reduzir violência contra crianças da primeira infância									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Ampliação da participação das crianças em situação de vulnerabilidade social nos programas existentes	80% das crianças em situação de vulnerabilidade social participando dos programas existentes	Através do Cadastro Único onde as Famílias estão cadastradas e separadas por grupos	2023 até 2032	FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social)	Secretaria Municipal de Assistência Social		Sim	Sim	Não
		Número de crianças com idade inferior à 6 anos cadastradas: Incluir crianças com idade inferior a 06 anos no atendimento do SCFV							
		Número de crianças com 0 a 6 anos participantes das atividades do PAIF/CRAS							

Área temática: Assistência

Problema: Subnotificação de trabalho infantil com crianças da primeira infância				Indicador do diagnóstico: Equipe técnica desconhece situação de trabalho infantil para crianças na primeira infância					
Objetivo: Conscientizar famílias sobre os malefícios do trabalho infantil									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação infantil, de cuidadores e gestantes
Promoção de campanha sobre os malefícios do trabalho infantil	100% da população informada	Alcançar 70% da população através da rádio, redes sociais e mobilizações Número de pessoas residentes no município Número de pessoas residentes no município alcançadas com a campanha	Anual (junho)	FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social)	Secretaria Municipal de Assistência Social (CREAS)	Secretaria Municipal de Educação, CREAS e Conselho Tutelar	Não	Não	Não

Área temática: Assistência

Problema: Baixa adesão ao Serviço Programa Família Acolhedora				Indicador do diagnóstico: Em 2020 não houve crianças participantes do programa, que conta com 1 família cadastrada					
Objetivo: Ampliar participação de famílias no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora									
Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Promover campanhas anuais para esclarecimento sobre o Programa Famílias Acolhedoras, visando a ampliar o número de famílias para o acolhimento	1 campanha por ano	Número de campanhas realizadas por ano	Anual	FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social)	Secretaria Municipal de Assistência Social (CREAS)	Secretaria Municipal de Educação, CREAS, Conselho Tutelar e Comunicação	Não	Não	Não
Garantir dotação orçamentária para pagamento de subsídio financeiro para 100% das famílias acolhedoras	100% das famílias participantes com subsídios	Número de famílias acolhedoras Número de famílias acolhedoras que receberam subsídio	Até 2032	FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social)	Secretaria Municipal de Assistência Social (CREAS)	Secretaria Municipal de Educação, CREAS, Conselho Tutelar e Comunicação	Não	Não	Não

Ação	Meta	Indicador	Prazo	Orçamento	Executor	Corresponsável	Plano setorial	PPA	Indicação da ação por participação Infantil, de cuidadores e gestantes
Inserção crianças em idade de Primeira Infância que foram afastadas das suas famílias por medida protetiva determinada judicialmente no Serviço da Família Acolhedora	100% das crianças em idade de Primeira Infância que foram afastadas das suas famílias por medida protetiva determinada judicialmente no Serviço da Família Acolhedora inseridas no Programa	Número de crianças em idade de Primeira Infância que foram afastadas das suas famílias por medida protetiva Número de crianças em idade de Primeira Infância que foram afastadas das suas famílias por medida protetiva determinada judicialmente no Serviço da Família Acolhedora inseridas no Programa	Até 2032	FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social)	Secretaria Municipal de Assistência Social (CREAS)	Secretaria Municipal de Educação, CREAS, Conselho Tutelar e Comunicação	Não	Não	Não